



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Stephanie da Silva Paes

**O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação
da maternidade a mulheres negras**

Rio de Janeiro

2024

Stephanie da Silva Paes

**O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da
maternidade a mulheres negras**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

P126 Paes, Stephanie da Silva.
O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade a mulheres negras / Stephanie da Silva Paes. – 2024.
102 f.

Orientadora: Carla Cristina Lima de Almeida.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Maternidade - Brasil - Teses. 2. Racismo - Brasil - Teses. 3. Mulheres - Aspectos sociológicos - Teses. 4. Patriarcado - Brasil - Teses. I. Almeida, Carla Cristina Lima de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. IV. Título.

CDU 323.12-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Stephanie da Silva Paes

**O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da
maternidade a mulheres negras**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 17 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Carla Cristina Lima de Almeida (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Andréa de Sousa Gama
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof.^a Dra. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha mãe e avós (*in memoriam*), que me ensinaram a potência do desejo de vislumbrar para além do que lhes foi possível um dia. Conseguimos.

AGRADECIMENTOS

Entre as pessoas que tive o prazer de dividir a jornada ao longo do desenvolvimento deste trabalho, agradeço ao corpo docente do PPGSS/UERJ pelas reflexões compartilhadas e enriquecedores ensinamentos que levarei para além da sala de aula.

À Prof^a. Dr^a. Carla de Almeida, pelas incontáveis conversas, palavras de encorajamento e brilhante orientação dada desde o dia em que nos conhecemos.

Aos meus pais, Marizete e Delcir, pelo amparo contínuo e por transmitirem a certeza de que eu daria conta deste processo, mesmo em meio a uma rotina conturbada.

Ao meu companheiro, Jorge, por ser meu apoio diário. Ombro em momentos difíceis e euforia a cada conquista alcançada.

Certidão de óbito

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo negro bambeia e dança.
A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

Conceição Evaristo

RESUMO

PAES, Stephanie da Silva. O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade a mulheres negras. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A presente dissertação tem como objetivo investigar a constituição do paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade, designado à mulher negra em decorrência da consolidação de relações desiguais de gênero e raça no Brasil. Para isso, investigamos as especificidades da formação social, política e econômica do país; a intrínseca relação entre opressão e exploração de gênero e raça; a constituição da identidade social do que é ser mulher negra no Brasil e a construção da maternidade enquanto ideal da classe dominante. O estudo destaca a centralização do contexto racial no debate e versa desde o desenvolvimento às expressões contemporâneas do paradoxo que o intitula, em uma perspectiva que intersecciona gênero, raça e classe. Para isso, desenvolvemos fundamentação teórica a fim de esmiuçar categorias e conceitos centrais para compreensão da temática. Ademais levantamento de dados secundários do IBGE, Ministério da Igualdade Racial, DIEESE, BEMFAM, Ministério do Trabalho e Emprego, Observatório Brasileiro das Desigualdades, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Sou da Paz e Ouvidoria das Polícias de São Paulo que, articulados à exposição de reportagens divulgadas pela mídia que denotam a leitura social desta maternidade, evidenciam não se tratar de fenômeno datado, mas de problematização latente acerca de sua naturalização na estrutura social brasileira.

Palavras-chave: maternidade negra; raça; patriarcado; capitalismo; necropolítica.

ABSTRACT

PAES, Stephanie da Silva. The paradox between the imputation of caregiving work and the denial of motherhood to Black women. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation aims to investigate the paradox between the attribution of caregiving work and the denial of motherhood assigned to Black women due to the consolidation of unequal gender and race relations in Brazil. To achieve this, we investigate the specificities of the country's social, political, and economic formation; the intrinsic relationship between gender and race oppression and exploitation; the constitution of the social identity of being a Black woman in Brazil; and the construction of motherhood as an ideal of the dominant class. The study highlights the centrality of the racial context in the debate and covers everything from its development to contemporary expressions of the paradox that it names, from a perspective that intersects gender, race, and class. To this end, we develop a theoretical foundation to dissect central categories and concepts for understanding the theme. Additionally, we present secondary data from sources such as IBGE, the Ministry of Racial Equality, DIEESE, BEMFAM, the Ministry of Labor and Employment, the Brazilian Observatory of Inequalities, Oswaldo Cruz Foundation, the Sou da Paz Institute, and the Police Ombudsman of São Paulo. These, along with media reports reflecting the social interpretation of this motherhood, demonstrate that it is not a dated phenomenon but a latent problem concerning its naturalization within the Brazilian social structure.

Keywords: black motherhood; race; patriarchy; capitalism; necropolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A boa do dia	37
Figura 2 – Mulher não consegue engravidar e descobre que passou por laqueadura sem autorização em Ji/Paraná, RO.....	76
Figura 3 – Um problema que passa pela idade.....	80
Figura 4 – Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM.....	81
Figura 5 – Corpo de menina atingida por bala perdida dentro de casa no RJ é enterrado.....	82
Figura 6 – Menino de 7 anos morre após ser baleado na porta de casa na baixada fluminense.....	83
Figura 7 – Moradores de Duque de Caxias protestam contra morte de primas Emilly e Rebecca.....	84
Figura 8 – Menino Kaio Guilherme morre após ser baleado na cabeça no rio: “Lutou muito”, diz mãe.....	85
Figura 9 – Corpo de menino de 6 anos baleado no coração é enterrado na baixada fluminense: “Eu queria morrer por ele”, diz avó.....	86
Figura 10 – Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por PMS no RJ.....	88
Figura 11 – Mãe que perdeu filho baleado por PM morre após sofrer com depressão por 3 anos e sem ver fim da investigação.....	89
Figura 12 – Mãe de adolescente morto em operação no Rio há um ano morre após quadro depressivo.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais - Brasil (2011-2021).....	52
Gráfico 2 – Evolução da taxa de homicídios femininos, por raça/cor (2011-2021).....	53
Gráfico 3 – Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano).....	70
Gráfico 4 – Distribuição das trabalhadoras domésticas por posição no domicílio, segundo raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano).....	71
Gráfico 5 – Distribuição das trabalhadoras domésticas por situação de pobreza, segundo raça/cor Brasil – 2013 e 2021 (em%).....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor ou raça - Brasil - 2022.....	68
Tabela 2 – Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos de idade, segundo sexo e cor ou raça - Brasil - 2022.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar

BOs – Boletins de ocorrência

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

COVID-19 – Coronavírus *Disease* 2019

CPAIMC – Centro de Pesquisa e Atenção Integrada à Mulher e à Criança

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

G1 – Portal de notícias mantido pelo Grupo Globo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MIR – Ministério da Igualdade Racial

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

SINESP – Sistema Nacional de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UOL – Portal de notícias “Universo Online”

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	RACISMO, CAPITALISMO E PATRIARCADO NO BRASIL.....	17
1.1	Escravidão, racismo e capitalismo no Brasil.....	23
1.2	Patriarcado, divisão sexual do trabalho e Capitalismo.....	28
2	MATERNIDADE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	40
2.1	Maternidade negra: Símbolo de dominação ou poder?	42
2.2	O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade negra.....	48
2.2.1	<u>Inserção das mulheres negras no mercado de trabalho.....</u>	<u>66</u>
2.2.2	<u>A negação da maternidade negra na contemporaneidade.....</u>	<u>73</u>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

Uma vez que o modo de produção capitalista demanda e produz desigualdades, a consolidação de hierarquias entre os indivíduos fomentam sua manutenção de forma direta e/ou indireta, tornando-se substancial para a sociabilidade capitalista. Nesta perspectiva, a construção social de pólos opostos, dentre os quais é atribuído valor ou desvalor, é essencial para a configuração de papéis sociais e consequente manutenção da ordem social.

Neste sentido, as especificidades da formação social do Brasil atrelaram duas condições essenciais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país, o patriarcado e o racismo. O patriarcado suscita que o papel social masculino, dotado de valor, gere desvalor ao papel social feminino, constituído como pólo oposto ao dominante. Deste modo, se possibilita a opressão e responsabilização de mulheres pela reprodução social, através de tarefas domésticas que viabilizem a regeneração da força de trabalho para que esta siga apta a ser explorada, impulsionando a ampliação do capitalismo. A este contexto soma-se os desdobramentos de mais de trezentos anos de ferrenho período escravagista, que através do racismo estrutural e institucional, desencadearam consequências irreversíveis sobre a existência de pessoas negras.

A conexão inerente entre as opressões de gênero e raça traz luz às mulheres negras enquanto sujeitos duplamente hierarquizados e que não foram socialmente compreendidas como protagonistas em suas histórias, mas sim sujeitadas aos ditames de uma sociedade em que o ideal é branco e masculino. Fato que expressa um paradoxo essencial para a dinâmica capitalista. Pois, se por um prisma, a ausência de ruptura com a herança colonial reduz a existência de mulheres negras à subserviência e à satisfação das necessidades de outrem. A outra face deste fenômeno revela a histórica negação da maternidade das mulheres negras, em uma leitura social em que elas estão aptas a cuidar, mas não dos seus descendentes.

Desta forma, objetivou-se investigar a construção social da responsabilização de mulheres negras pelo trabalho do cuidado e sua relação com a negação da maternidade destas mulheres, tendo como pano de fundo as relações sociais racializadas constituídas no país. Em suma, o presente trabalho versará sobre o desenvolvimento e expressões contemporâneas do paradoxo entre a imputação do

trabalho do cuidado e a negação da maternidade de mulheres negras, em uma perspectiva de articulação de gênero, raça e classe.

Trazer luz à gênese e às nuances da manutenção deste fenômeno em um país de capitalismo periférico e sob forte herança de um ferrenho sistema escravagista, evidencia a emergência da problematização e politização deste cenário. Sobretudo, destaca-se a centralização do contexto racial no debate acerca das atividades reprodutivas no capitalismo e do lugar social da maternidade. Buscando assim evidenciar de que maneiras e quais mulheres e mães são, historicamente, sujeitadas ao paradoxo objeto deste estudo.

A materialidade entre este objeto e o cotidiano é factível e denota a manutenção da conjuntura acima apresentada, adequada aos novos contornos e requisições do patriarcado e do racismo estrutural, no atual momento do capitalismo. Ilustro esta afirmação relatando experiência vivenciada em treze de fevereiro, terça-feira de carnaval do corrente ano. Neste dia acompanhei quinze crianças, em sua maioria negras, de uma instituição de acolhimento municipal da zona norte ao sambódromo do Rio de Janeiro. As crianças cruzaram a avenida com a escola de samba mirim “Miúda da Cabuçu”, do bairro Lins de Vasconcelos, vibrando ao som do samba enredo “Kathlen Romeu, vidas negras importam”.

Jaqueline Oliveira e Sayonara Oliveira, respectivamente mãe e avó de Kathlen Romeu - jovem designer de interiores que foi assassinada gestante aos 24 anos, durante operação policial na comunidade Lins de Vasconcelos em junho 2021 - desfilaram como componentes da mesma escola, carregando fotografia de Kathlen, vestindo uma beca de formatura. Durante todo o percurso do sambódromo, as familiares da jovem, que deu nome ao enredo, foram ovacionadas pela plateia e aos gritos de “força, estamos com vocês”, seguiram à frente de uma ala de mães que perderam seus filhos para a violência policial no Rio de Janeiro. Estas componentes, utilizaram camisetas brancas com os nomes de seus filhos grafados no verso e foram igualmente aplaudidas ao longo de toda a avenida.

Presenciar a comoção e cumprimentos vindos, em sua maioria, de outras mulheres evidenciou a empatia causada pela ala. A voz de mulheres unidas pela dor de terem suas maternidades negadas pelo braço coercitivo do Estado entoavam um grito convenientemente emudecido: “vidas negras importam!”.

A pertinência deste relato está na nitidez de não se tratar de ocasionalidade ou fato isolado, apesar que experiência particular denota questão universal. A qual ratifica

o êxito de projeto de sociedade que nega às mulheres negras o direito de exercerem a maternidade, em um contexto em que o negro não tem vez e tampouco voz.

Para articular o arcabouço teórico aos desdobramentos contemporâneos da formação social apresentada, tendo como foco o contexto da constituição da maternidade negra, foi realizada pesquisa nos principais portais de notícias online gratuitos do país, visando produzir levantamento de reportagens divulgadas pela mídia que evidenciam como esta maternidade é lida socialmente. Todavia neste percurso me deparei com empecilhos que impossibilitaram que esta fosse uma das principais fontes de pesquisa secundária.

Dentre os contratempos, no portal G1 não consta o quantitativo total de reportagens encontradas com o filtro da palavra desejada, impedindo vislumbre de fechamento dos dados. No Google não há possibilidade de acrescentar filtros na pesquisa, pode-se somente optar por vídeo ou notícia. No portal Istoé, não há campo de busca que possibilite filtrar o conteúdo pelo assunto desejado, possibilitando somente visualização geral de todas as reportagens publicadas. No UOL, o único filtro disponibilizado é o idioma da reportagem, impossibilitando a busca por data ou palavras-chave. Por fim, na Veja não é possível buscar pelo período na modalidade gratuita do portal. Uma característica comum a todos os portais foi o resultado literal, quando houve possibilidade de busca por palavra sugerida. Por exemplo, em pesquisa realizada no mês de fevereiro de 2024 ao filtrar a palavra *menor* no Google obtive 1.390.000 resultados e na Veja 43.236 reportagens onde a palavra *menor* foi utilizada, independentemente de seu contexto. De igual maneira ocorreu ao buscar por palavras como *maternidade*, *raça*, dentre outras pertinentes ao objeto de estudo, fator que trouxe resultados generalistas e alheios ao contexto pretendido.

Deste modo, como fonte de pesquisa, optou-se pela análise bibliográfica de textos disponibilizados em artigos, livros, teses e dissertações, além de conteúdo proveniente do Portal Geledés¹, dada a sua relevância como veículo de divulgação e defesa de direitos das mulheres negras. Com relação aos dados específicos sobre inserção de mulheres negras no trabalho e apreensão social da maternidade negra,

¹ Fundada em 30 de abril de 1988, Geledés é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira. Fonte: <https://www.geledes.org.br/>

optou-se por utilizar, respectivamente, dados de pesquisas nacionais² e reportagens previamente selecionadas de casos de grande repercussão acerca da temática estudada.

Assim, o primeiro capítulo tratou sobre o imbricamento entre racismo, patriarcado e capitalismo na formação social do Brasil e a consolidação de relações sociais desiguais como seu efeito. No segundo capítulo foi abordada a questão da maternidade sob a perspectiva de gênero, raça e classe. Tal enfoque possibilitou um resgate histórico e conceitual baseado em categorias fundamentais para a compreensão da maternidade da mulher negra. Pois, ao analisar a constituição da maternidade hegemônica, idealizada pela classe dominante, se chega à concepção da dualidade entre concebê-la enquanto símbolo de dominação ou de poder, a depender se está atrelada a mulheres negras ou não negras. Deste modo, emerge o paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade a mulheres negras, objeto deste estudo. Por fim, nos itens 2.2.1 e 2.2.2 foram investigadas a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho e a negação de sua maternidade, enquanto expressões contemporâneas deste paradoxo e forma de analisar sua perpetuação e funcionalidade para o capitalismo no Brasil.

² Os dados das pesquisas nacionais foram retirados diretamente do IBGE (2022 e 2024), Ministério da Igualdade Racial (2023), DIEESE (2023), BEMFAM (1997), Ministério do Trabalho e Emprego (2024), Observatório Brasileiro das Desigualdades (2023 e 2024), Fundação Oswaldo Cruz (2023), Instituto Sou da Paz (2024), Ouvidoria das Polícias de São Paulo (2024). e alguns selecionados a partir de Vicente (2024).

1 RACISMO, CAPITALISMO E PATRIARCADO NO BRASIL

O capitalismo no Brasil se desenvolve tendo como forte alicerce a aliança entre o patriarcado e o racismo, ou seja, as formas de inferiorização, opressão e dominação provenientes do longo escravismo (MOURA, 2014). Nesse capítulo abordaremos esses dois fenômenos, o racismo e o patriarcado, para compreender os fundamentos da sociedade brasileira que ainda hoje se manifestam de forma contundente na realidade social.

No Brasil, a maneira com que se deu a abolição da escravização fez com que os ex-escravizados fossem libertos desprovidos de condições dignas de existência, como propriedade de terra, moradia, trabalho, etc. Fato que denota que, em hipótese alguma, o fim deste processo tenha sido em virtude de uma tomada de consciência dos exploradores quanto às décadas de barbárie e desumanização infringidas pelo escravismo. Mas sim porque a escravidão deixou de ser compatível com o estágio de desenvolvimento em que o modo de produção capitalista se encontrava na Europa.

Desta forma, ao se tornar “livre como um pássaro” (BOSCHETTI, 2016) para vender sua força de trabalho no mercado capitalista – sem o respaldo de políticas sociais que buscassem reparar minimamente os danos causados pelo escravismo e/ou sem uma inserção equânime no mundo do trabalho –, a população negra se desenvolveu à margem dos direitos sociais básicos da sociedade capitalista brasileira. Cabe ressaltar o duplo sentido desta dita *liberdade*. São trabalhadores livres, posto que não integram diretamente os meios de produção como escravos, mas também não são possuidores destes meios de produção (MARX, 2013 apud SILVA, 2017). Deste modo, com respaldo do Estado, a estratégica transição do regime escravista para o trabalho assalariado possibilitou que o capitalismo no país se consolidasse sobre as bases de uma estrutura social racista e desigual que conservou a estratificação presente no colonialismo e, historicamente, negou a integração social, econômica e política da população negra. Isto ocorreu em razão do projeto político-ideológico que oculta o íntimo vínculo entre o capitalismo e a estrutura desigual das relações raciais nesse regime.

[...] A abolição da escravatura no Brasil liberou um enorme contingente de mão-de-obra escrava que no modo colonial de produção capitalista funcionava no próprio centro do sistema. Este contingente integrou-se apenas parcialmente na nova fase de desenvolvimento do capitalismo agrário, baseado, depois da abolição, na instalação de relações capitalistas no próprio

mercado de trabalho; os escravos foram substituídos por trabalhadores livres, imigrantes, e não encontraram colocação regular no mercado de trabalho, passando, pois, a existir à sua margem, porém, em consequência do desenvolvimento capitalista e não como preexistentes a ele; entretanto, a massa disponível de ex-escravos e libertos pesou fortemente na determinação dos salários dos trabalhadores livres, forçando-os para baixo, apesar da melhor qualificação e da relativa escassez de trabalhadores livres imigrantes (CARDOSO apud MOURA, 1977 apud SILVA, 2017 nota 2, p. 32).

As desigualdades raciais, que fundamentam a sociabilidade dos sujeitos no capitalismo, promoveram a estruturação de uma institucionalidade racista, ou seja, de aparato legal voltado para a manutenção deste cenário de desigualdade social e racial, que preconizava o desenvolvimento e ascensão de pessoas não negras em oposição à desumanização e subjugo da população negra. Deste modo, gerou-se uma massa de indivíduos marginalizados que possuíam uma característica em comum: seu defeito de cor (GONÇALVES, 2018). Assim, está posto o contexto que classificou a população negra enquanto perigo iminente à manutenção da ordem social, fundamentada na perversa teoria eugênica do “criminoso nato”³, de Cesare Lombroso (1876). Tais formulações recaem sobre a “classe perigosa”, a classe trabalhadora negra, antes mesmo que esta tivesse a possibilidade de se consolidar enquanto classe laboriosa.

O conceito “massa marginal”, cunhado por José Nun (1978) e analisado por Gonzalez (2020) na obra “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos”, cumpre a função de elucidar o lugar designado à população negra nas relações de trabalho no Brasil. Tendo como pano de fundo um capitalismo dependente, desigual, racista e sexista, essa “massa” caracteriza uma população excedente que não se integra - nem mesmo como reserva -, ao mercado de trabalho formal. Considerando a inexistência de relações funcionais entre esta população e o sistema produtivo, é inegável que sobre estes recaem condições de trabalho e de vida ainda mais aviltantes do que para trabalhadores não negros.

Reitero que, pontualmente ao longo deste estudo ao me referir à “herança” do sistema colonial, não faço menção à possibilidade de permanência ocasional de um

³ Segundo a teoria do “criminoso nato”, do italiano Cesare Lombroso (1876), a criminalidade dos verdadeiros delinquentes provém de patologia hereditária e imutável. Por isso, estes deveriam ser segregados da sociedade para tratamento desta “doença” antes mesmo de cometerem qualquer crime. Lombroso atribuiu a estas pessoas, não exitosas em sua evolução, características físicas e morais que permitiam sua identificação e justificariam sua condição, tais como: assimetria facial, pele, olhos e cabelos escuros, insensibilidade à dor, ódio em demasia, falta de senso moral, etc. Dada esta natureza, a aplicação de uma pena seria ineficaz, sendo necessário tratamento da patologia herdada.

sistema de produção arcaico com tendência à extinção conforme o desenvolvimento do capitalismo. Mas sim, objetivo ratificar que estas relações de trabalho foram oportunamente integradas ao capitalismo por serem benéficas a este sistema. Logo, apesar da escravidão ter sido abolida por não ser mais factível com o estágio em que o capitalismo se encontrava à época, como dito anteriormente, as relações sociais e de trabalho estabelecidas neste período são essenciais para a ampliação do capital. Isso tornou o racismo uma importante estratégia alienante do modo de produção capitalista; condição que será esmiuçada adiante.

Neste cenário, mulheres negras se inserem em atividades condizentes com as relações de gênero e raça, como trabalhadoras domésticas e outras ocupações atreladas ao cuidado. Evidenciando assim, de acordo com Gonzalez (2020), a existência de uma divisão racial e sexual do trabalho. Isso porque na transição para o capitalismo aprofunda-se o patriarcado, a organização social baseada no poder do homem – branco, heterossexual e principalmente europeu – o que relegou à mulher o lugar da domesticidade e a função de guardiãs naturais da família.

Neste sentido, com o avançar do capitalismo, as esferas da produção e da reprodução se desenvolveram na aparência como instâncias separadas. Entretanto, a análise crítica do modo de produção capitalista, tal como formulada por Marx (2013) evidenciou que no processo de gerar valor do capital a reprodução social da vida é uma das condições da reprodução geral do capitalismo. Assim, sem o suporte da esfera da reprodução a força de trabalho não estará apta a ser vendida na manhã seguinte. Todavia, ao passo que à esfera da produção foi atrelada a valoração da produtividade branca e masculina, do homem trabalhador, ao pólo oposto foi designada a inferiorização do espaço privado que “não produz valor”. A relação entre produção e reprodução social é fundamental para compreender a consolidação do racismo, do patriarcado e do capitalismo no Brasil. Tal dinâmica depende de, e propicia a, sujeição de mulheres negras ao paradoxo que buscamos elucidar neste estudo, ou seja, o reconhecimento delas como força de trabalho disponível ligada à reprodução social ao mesmo tempo que a desqualificação da sua capacidade de promover a reprodução de seus filhos e demais entes familiares.

A progressiva conversão dos meios de vida – que outrora eram privados – em capital, evidencia que o capitalismo funciona como uma rede integrada e conectada de acordo com a divisão sociotécnica do trabalho. Em que mesmo fora da esfera mercantil, é o mercado que segue mediando as relações sociais. Desta forma, fora

nítida a consolidação de um processo contínuo e violento de subsunção dos modos de existência ao capital e expropriação econômica e não econômica, que não se restringiu a sua forma originária. O desenvolvimento da acumulação capitalista segue atrelado à histórica expropriação de mulheres das distintas formas de propriedade, acesso a direitos sociais e ao pleno desenvolvimento de sua subjetividade; em razão de reconfigurações das relações familiares e patriarcais nas etapas do capitalismo, que contribuíram para a criação de novas formas de opressão e exploração.

Tanto a forma como a reprodução social é compreendida no modo de produção capitalista, quanto a responsabilização da mulher por esta seara, materializam uma maneira perversa de expropriação contemporânea da vida e dos modos de ser de mulheres.

O conceito de expropriação secundária, de Virgínia Fontes (2018) propicia uma excelente reflexão sobre o tema. Uma vez que para endossar a compreensão do histórico cerceamento de direitos e negação da humanidade, direcionados a populações de gênero e raça distintas dos socialmente dominantes, é necessário apreender o fenômeno da acumulação capitalista. Isto porque o processo iniciado no século XVI – onde o homem fora separado de seus meios de trabalho, resultando na instauração da propriedade privada e das classes sociais –, não se findou após três séculos, com a efetivação desta separação. Posto que a gênese do capitalismo não consiste na mera racionalização da divisão social do trabalho, mas na contínua expropriação que separou os produtores dos meios de produção, formando uma grande massa de desocupados, convertidos em proletários, que possuem somente a venda de sua força de trabalho como meio de sobrevivência. Deste processo surge a relação capitalista de produção, que transforma os meios sociais de subsistência em capital e os produtores diretos em trabalhadores assalariados (SILVA, 2017). Dessa forma, não se trata de um processo datado, mas da consolidação de um dos pilares para manutenção deste modo de produção, que se adequa a cada nova fase do capitalismo - enquanto relação social entre pessoas, intermediada por coisas (dinheiro e mercadoria).

Ao gerar uma grande massa cuja única propriedade é sua própria força de trabalho, cria-se também a intrínseca submissão dos trabalhadores aos ditames do capital. Uma classe de indivíduos sujeitados ao mercado e que tem a venda de sua força de trabalho como única alternativa para assegurar sua subsistência é o mecanismo que move a engrenagem do capital. Por isso, ao longo de seu

desenvolvimento, as configurações e reconfigurações das relações sociais e processos próprios de sua dinâmica de ampliação consolidaram a contínua demanda pela exploração e expropriação (material e imaterial) da vida da classe trabalhadora.

Deste modo, torna-se evidente que para que o modo de produção capitalista – enquanto um conjunto de processos e relações complexas – pudesse atingir o atual estágio, não foi o bastante uma expropriação restrita ao processo anteriormente descrito. Mas sim que este se desdobrasse na expropriação massiva da população, configurando a denominada expropriação secundária ou contemporânea, ou seja, na continuidade e expansão de sua forma primária, que todavia apresenta aspectos originais de acordo com o novo cenário do capital.

Com isso, ao longo do tempo histórico, se consolidaram distintas maneiras de opressão e exploração baseadas nas questões de gênero e de raça, agravando as expressões das múltiplas formas de conversão dos meios de vida de mulheres, sobretudo mulheres negras, em capital por ser esta uma condição para a expansão do modo de produção capitalista sobre suas bases conservadoras e mantenedoras de desigualdades. Portanto, partindo da crítica ao capitalismo enquanto modo de produção que demanda a contínua expropriação de grande parcela da humanidade, pode-se compreender mecanismos patriarcais e a estrutura social racista como impeditivos da ascensão social de populações historicamente marginalizadas.

Esta conjuntura se agrava após a década de 1990 com o avanço da ofensiva neoliberal no Brasil, que intensifica as expressões de uma estrutura social crivada na desigualdade. A aliança entre neoliberalismo e neoconservadorismo resulta em condições sociais, econômicas e políticas desfavoráveis para a classe trabalhadora, pois promovem de forma intrínseca a menor intervenção estatal e a valorização do individualismo e da imediatividade. Esta dinâmica leva à naturalização de um cenário de cerceamento de direitos e de seus desdobramentos, como a mercantilização dos serviços e da vida, intensificação de um Estado mínimo, sucateamento de bens e serviços públicos, uberização do trabalho, disseminação de uma ideologia meritocrática, etc (Boschetti, 2016; Antunes, 2020).

A politização desta questão é latente, pois, ao refletir as relações sociais contraditórias da sociedade brasileira, o Estado cada vez mais se desresponsabiliza de suas obrigações com a sociedade, com o aval desta. Fato de extrema gravidade e que evidencia o “sucesso” do projeto neoliberal no Brasil. Ainda que o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo acentue as drásticas consequências da crise

econômica, social e sanitária existente, está posta a legitimação deste projeto societário. Em momentos de vislumbre da possibilidade de minimização das expressões de desigualdade - como ocorre em experiências políticas mais envolvidas com as necessidades da classe trabalhadora e que no Brasil se expressou na eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva -, a resposta do capital por meio do acirramento do projeto neoliberal combinado com neoconservadorismo se tornou ainda mais evidente, a exemplo da ascensão da extrema-direita no mundo e especificamente na sociedade brasileira.

Deste modo, o vínculo entre opressão e exploração baseadas no gênero e na raça acarreta duplamente desvantagens para mulheres negras, sujeitando-as a diminutas possibilidades de existência, em uma sociabilidade onde a desigualdade é pré-requisito. Entende-se que este cenário no Brasil se desenhou desde o desenvolvimento do modo de produção capitalista, adquirindo, portanto, uma condição histórica. De tal modo que, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético de apreensão da realidade, é explícito que a gênese e desdobramentos da desigualdade dialogam com as particularidades da formação socioeconômica, política e cultural. Tal perspectiva se distancia da concepção do fenômeno das desigualdades através das expressões que elas adquirem na realidade, mas busca articulá-las às causalidades históricas e estruturais que a condicionam.

As desigualdades sociais, econômicas e políticas no Brasil, além de serem historicamente constituídas, se articulam por meio de condicionamentos de classe, raça e gênero. O colonialismo, o escravismo e o patriarcado foram determinantes para a constituição de relações sociais racializadas e sexistas. Posto que integram a base para as desigualdades de classe no país e, enquanto aparato ideológico, legitimam a manutenção de dinâmicas de dominação, exploração e opressão de mulheres e da população negra.

Neste capítulo objetivo demonstrar que as relações sociais são marcadas por desigualdades de gênero, raça e classe, às quais historicamente colocam pessoas negras, sobretudo mulheres, em condição de subalternidade. Assim, pretendo reunir subsídios para mostrar que o fenômeno da maternidade no sistema capitalista racial e patriarcal historicamente constituído no Brasil se apresenta não apenas enquanto construção social, mas também é atravessado pelo racismo e desigualdades de classe, levando ao paradoxo que se busca investigar nesta dissertação, qual seja, o

de que as mulheres negras são boas como força de trabalho doméstico e do cuidado, mas não para cuidar de seus próprios filhos.

1.1 Escravização, racismo e capitalismo no Brasil

O lugar historicamente imputado à população negra que se constituiu no Brasil é marcado pela intenção de eliminar-lhe a humanidade ao objetificá-la como corpo destinado ao trabalho forçado e subalternizado. Os mais de trezentos anos de escravização⁴ da população negra consolidaram esta identidade racial em um lugar social de inferioridade. O que por vezes foi justificado como um fato biológico, através do racismo científico⁵, nada mais é do que ideologia a qual reflete a relação de poder e dominação constituída.

Assim, a “inferioridade natural da raça” nada mais é do que a consolidação de “raças sociais” adequadas à ordem e objetivando a manutenção da estrutura de poder vigente. Torna-se evidente que o termo “raça” não se trata de um conceito fixo, mas sim relacionado às circunstâncias históricas em que é empregado. Ao ser empregado em condições políticas e econômicas determinadas, por conseguinte, reflete conflitos e configurações de poder específicas.

A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. [...] Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico (MUNANGA, 2003, p.6).

Neste sentido, durante o período colonial no Brasil, a população negra teve sua humanidade historicamente destituída, direitos cerceados e modos de existência diminutos. Legitimado por um sistema de tortura, milhões de pessoas foram sujeitadas a distintas formas de exploração do trabalho, de violências e ao embranquecimento

⁴ O sistema escravista foi implementado no Brasil em 1535 e foi abolido, oficialmente, em 13 de maio de 1888, por meio da assinatura da Lei Áurea.

⁵ Segundo Saraiva (2022), o racismo científico (termo criado em 1883 por Francis Galton) se materializa na teoria da eugenia. Esta proposta afirma que a capacidade intelectual é hereditária tal qual a inaptidão física e moral. Com isso buscava-se justificar a exclusão de negros, deficientes e imigrantes. Se considerava o homem branco como único apto para perpetuar a espécie.

forçado. O modelo de sociedade inspirado no padrão europeu pautava-se no princípio da eugenia⁶, deste modo foi disseminado o ideal de uma raça pura, a qual não estaria suscetível a doenças, vícios e defeitos. Lançando mão do racismo científico, conforme explicitado antes, buscava-se através de estudos da reprodução humana e da hereditariedade de vícios e virtudes, comprovar a possibilidade de adequação de características raciais “perfeitas” (físicas, mentais e morais) para gerações futuras, aperfeiçoando-as.

Pautados na perspectiva do “bom nascimento” e na teoria da seleção natural dos sujeitos, negros e outras populações consideradas inaptas eram discriminadas. Socialmente compreendidos como indesejáveis, negros existiam sujeitados aos ditames do colonialismo, onde somente o homem branco era reconhecidamente possuidor das capacidades intelectuais, físicas e morais ideais para serem transmitidas para as gerações futuras. Se presumia a discriminação para posterior alcance do progresso e evolução da espécie. Desse modo é nítida a perversidade de um projeto alicerçado na dominação, extinção, embranquecimento e no mito da democracia racial.

Por centenas de anos buscou-se justificar esta barbárie com a ciência da supremacia racial e biológica da classe dominante, a burguesia branca, assim naturalizando o estigma e inferiorização atribuída a toda uma população. O capitalismo consolida privilégios baseados na raça e classe, através da escravização de uma população em decorrência de sua origem étnico-racial e de todo suporte ideológico deste sistema, que suscitou a desigualdade social.

Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas e de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2003, p.7)

⁶ Para maior aprofundamento ler o artigo “O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/> . Acesso em: 14 de julho de 2024. Para uma discussão sobre a política de embranquecimento e eugenia cf. Munanga (1999).

Este é um cenário que configurou o negro como aquilo com o que o branco não quer ser relacionado (aspectos desonrosos, imorais e intenções criminosas). Expressou-se, assim, uma forma de existência que foi desenvolvida a partir da significação de “Outridade” (Kilomba, 2019). Pois, com a prevalência da colonialidade⁷, a narrativa da história desta população não foi contada por ela mesma enquanto protagonista de sua própria trajetória, mas sim disseminada sob a ótica daquele que carrega o status de sujeito e representando a personificação do que este não quer se parecer em nenhum aspecto, seja ele físico, moral, psíquico etc. Fato que, para além das consequências objetivas da escravização, teve profundo impacto negativo na autoestima dessa população e na identidade racial negra. Introjetou-se no negro a culpabilização pela discriminação sofrida como justificativa para a desigualdade social e suas expressões cotidianas. (BENTO, 2002)

Este contexto propiciou a consolidação do capitalismo sobre uma estrutura social racista, que historicamente negou a integração da população negra, como um projeto político-ideológico, que oculta o íntimo vínculo entre o modo de produção e as relações raciais, como explicitado antes. No Brasil é a racialização das relações sociais que instaura o “lugar do negro” no país, passando por sua precária inserção na sociedade no pós-abolição e no processo de produção e reprodução social. Todavia, [...] “O que é frequentemente chamado de alma negra é uma construção do homem branco.” Essa frase nos lembra que não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que a negritude deveria ser (Fanon, 1967 apud Kilomba, 2019, p. 38).

Dessa forma, e observando-o em seu caráter sistêmico, percebe-se que o racismo é precípua na formação social brasileira. Este é o cenário em que ocorre o antagonismo entre subalternidade e privilégio entre distintos grupos raciais, antagonismo este que se espalha para os aspectos políticos, econômicos e sociais, evidenciando seu viés estrutural e estruturante no país. Todavia, Almeida (2019) analisa o racismo diferindo-o em três concepções (individualista, institucional e

⁷ Maldonado-Torres explica que “Colonialidade”, conceito criado por Anibal Quijano no ano de 1990, se distingue de “colonialismo”. Colonialismo foi o período histórico derivado do processo de expansão territorial que, através da formação de territórios coloniais, assegurou a dominação político-econômica entre os povos. Já colonialidade é definida pela existência de um padrão universal de classificação e dominação social. Logo, mesmo com a ausência de colônias formais, há uma lógica de desumanização que possibilita a dominação de recursos, conhecimento e trabalho na modernidade. (Cf. Maldonado-Torres, 2019).

estrutural) essenciais para a apreensão do fenômeno na contemporaneidade. Afinal, investigar a compreensão social do racismo é crucial para o entendimento de seu caráter sistêmico e tático no modo de produção capitalista.

Em sua concepção individualista o racismo é visto como uma patologia com fundamento ético ou psicológico, podendo ser um comportamento individual ou coletivo. Neste sentido, a leitura é de que seria um fenômeno isolado e passível de combate através de sanções civis ou penais aos indivíduos que agiram pontualmente de forma racista. Esta percepção difere da concepção aqui tratada ao admitir somente a existência do “preconceito” e não do racismo em sua materialidade. Deste modo, o enfrentamento do racismo seria através da conscientização sobre seus prejuízos, através de mudanças educativas e culturais. O problema é que ao mitigar o viés político do racismo, evidencia a ausência de reflexão dos efeitos concretos deste fenômeno à existência da população a qual se direciona.

Na perspectiva do racismo institucional deixa-se de considerá-lo como algo meramente comportamental. Isto porque uma vez que se compreenda as instituições como a materialização de determinações formais da vida social, é um fato que as dinâmicas destas instituições reproduzem as desigualdades estabelecidas, fomentando a manutenção de privilégios historicamente constituídos e da ordem social. A correlação entre manutenção do racismo e manutenção do poder de grupos dominantes denota a ligação à estrutura de poder e a dominação inerente ao fenômeno. O racismo, para além de fenômeno ideológico, se ampara em práticas sociais concretas, como a desigualdade de tratamento nas operações cotidianas de instituições - como a justiça -, e na sua naturalização.

O domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas e instituições privadas depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos (ALMEIDA, 2019, p. 27).

O racismo é um fenômeno que influencia e é influenciado tanto pela estrutura de poder, quanto por processos políticos e históricos do contexto em que se determina. Por conseguinte, o racismo alcança nível estrutural quando pessoas

negras são excluídas de estruturas sociais e políticas, que operam para privilegiar sujeitos brancos, colocando os demais em evidente desvantagem (Kilomba, 2019).

Deste modo, é nítido que para pessoas brancas a escravização da população negra deixou uma herança positiva pois baseada em privilégios, os demarcando como figuras protagonistas de interesses econômicos e sociais. Assim, é explícito que a democracia racial se trata de um mito, pois ao propagar que há democracia racial no Brasil, supostamente pela integração voluntária entre brancos, negros e indígenas desde o processo do colonialismo, ocorre um apagamento e sujeição dessas populações a uma condição desumana. A começar pelo tráfico forçoso de africanos e africanas, pelas invasões coloniais portuguesas de terras indígenas, pela violência da chamada “integração das raças” em uma economia pautada na agricultura monocultora, no trabalho escravo e sob o monopólio político e comercial da metrópole portuguesa e baseada socialmente nos donos de terra (grandes latifundiários agrários) (MOURA, 1988 apud SILVA, 2017). Ademais a manutenção das condições degradantes dessas populações na “sociedade livre” compõe o conjunto de fatores que tornaram a estrutura social capitalista ao longo do tempo intocada neste quesito.

Logo, propagar esta conexão, por meio do conceito de “democracia racial”, na intenção de mitigar a racialização das relações sociais, séculos de desumanização e seus atuais desdobramentos, nada mais é do que uma tentativa da classe dominante de manter seus privilégios oriundos desta dinâmica. O constructo ideológico da existência de uma democracia racial evidencia sua real função no capitalismo: a contínua discriminação como método para criar uma forma mais particular de alienação (atrelada ao preconceito racial) para tensionar o decréscimo dos salários da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, tornar natural a sua constante expropriação.

Um aspecto fundamental para a perpetuação destas relações é a omissão de pessoas brancas com respeito à discriminação proveniente do racismo estrutural. Usualmente, em análise superficial, a discriminação é considerada herança ocasional do escravismo, eludindo o protagonismo de pessoas brancas em sua consolidação e enquanto principais beneficiárias neste processo. Todavia, o racismo estrutural desde a histórica discriminação e suas distintas expressões não é um “problema do negro”, mas sim consequência de séculos de intenso investimento da ideologia da branquitude na naturalização de privilégios de pessoas brancas e inferiorização da existência do negro em sua totalidade. Ao se omitir sobre seu importante papel na preservação da discriminação racial, o branco ressalta que não se vê enquanto sujeito

racializado, justamente por se definir como padrão normativo. Esta característica intrínseca à branquitude, projeta sua autopreservação no lugar de privilégios em que pessoas brancas se colocaram.

Neste sentido, há uma espécie de acordo tácito em que brancos intencionalmente omitem e se desconhecem enquanto personagens cruciais para a manutenção da desigualdade racial no Brasil, possibilitando a configuração e consolidação de um sistema meritocrático “[...] no qual as pessoas brancas foram acumulando mais e melhores recursos políticos, econômicos, sociais e de poder, garantindo aos seus herdeiros posição de privilégio” (Bertin, 2023, p. 197).

O conceito de branquitude, enquanto projeto de sociedade, envolve conjunto de valores e hábitos que visam manter a ordem social vigente. Traduz-se em um lugar estrutural de onde o branco é capaz de ver tanto a si mesmo quanto os demais e, desta posição estratégica de poder, atribui ao outro o que não atribui a si (Frankenberg, 1999 apud Cardoso, 2011, p. 81). Neste sentido, Ramos (1995) conceitua que há uma patologia social do branco na sociedade brasileira, que consiste na veemente negação, por parte do sujeito branco, de qualquer característica (seja em aspectos biológicos ou culturais) que possa assemelhá-lo ao negro ou quiçá remeter à possibilidade de ascendência negra.

O capitalismo no Brasil forjou-se sobre bases coloniais tendo por fundamento uma estrutura desigual de relações sociais, econômicas e políticas marcada pela invenção do negro como raça. Deste modo, inferiorizando, perseguindo e até mesmo extinguindo formas de ser e viver que não condiziam com o padrão burguês e branco. Assim como o racismo se instituiu, dentre outros modos, por meio da divisão racial do trabalho como um pilar importante da estrutura social capitalista, também ocorreu com o sexismo e as relações patriarcais restituídas na modernidade capitalista, como veremos melhor no próximo item.

1.2 Patriarcado, divisão sexual do trabalho e capitalismo

Do mesmo modo que se deu a construção subjugada e desumanizada do papel social do negro, também as mulheres constituem uma população que historicamente esteve atrelada à categoria do “Outro” (Simone de Beauvoir, 1970). Este conceito foi originalmente formulado pela feminista francesa Simone de Beauvoir para ilustrar a

relação social constituída entre homens e mulheres. Nessa perspectiva, as mulheres foram histórica e socialmente sujeitadas a uma posição dissociada da figura constituída como dominante, relegadas à categoria de “outro” estranho ao que é lido como “padrão”, neste caso o homem.

Deste modo, tem-se relações de gênero pautadas na submissão e dominação das mulheres, pois, uma vez objetificadas, mulheres não foram definidas por si mesmas, mas sim através da ótica dos homens e com base na relação construída por eles. Por conseguinte, ao definir-se enquanto valor, a coletividade dominante (masculina) destina a outra coletividade ao polo oposto. Assim, a mulher se desenvolve socialmente atrelada à submissão e ao cerceamento de possibilidades, impostas em decorrência deste lugar do “Outro”.

Esse processo se aprofunda e ganha materialidade nos primórdios do capitalismo com a privatização da terra na europa, a produção da escassez e a separação entre produção e reprodução (Federici, 2017). Federici argumenta que:

[...] as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres – especialmente entre as proletárias, seja na Europa, seja na América – foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho. (Federici, 2017, p. 126).

A situação das mulheres com a ascensão do capitalismo é prejudicial em muitos aspectos. A privatização da terra e a centralidade das relações monetárias na organização da vida econômica e social tornam difíceis para as mulheres a garantia de seu sustento. A mudança do sistema de subsistência para uma economia monetária rebaixa a condição das mulheres, “[...] tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado”. (Federici, 2017, p. 145).

A desvalorização do trabalho feminino foi um fenômeno generalizado, as mulheres foram excluídas de várias ocupações assalariadas e mesmo quando trabalhavam ganhavam um salário muito abaixo do que era pago aos homens. Disso resulta uma dependência econômica cada vez maior do salário masculino e a sua invisibilidade como trabalhadora. Como assegura Federici, até o final do século XVII na Europa:

Nessa época, as mulheres haviam perdido espaço inclusive em empregos que haviam tradicionalmente ocupado, como a fabricação de cerveja e a realização de partos. As proletárias, em particular, encontraram dificuldades

para obter qualquer emprego além daqueles com *status* mais baixos: empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. (Federeci, 2017, p. 182)

Nesta perspectiva, a sociedade capitalista se organiza de modo a valer-se da força de trabalho das mulheres, as quais vinculadas à esfera do doméstico e das atividades remuneradas de menor valor se tornam as principais responsáveis pela reprodução social da força de trabalho masculina. Essa lógica instaura a divisão sexual do trabalho a qual designa à mulher uma “função” primordial, baseada numa suposta aptidão natural e biológica: cuidar. De acordo com Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é uma forma da divisão social do trabalho que destina os homens à esfera produtiva no desenvolvimento de funções de “forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”, de modo que “[...] um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher”. (Kergoat, 2009, p. 67).

O patriarcado, enquanto uma formação social baseada no poder dos homens, forja sua base material e faz valer-se de uma ideologia para se perpetuar enquanto estrutura de poder pautada na hierarquia de relações sociais desiguais (Saffioti, 1987 apud Costa e Rafael, 2021, p. 84).

A luz de Saffioti (1987), Costa e Rafael (2021) enumeram características que sistematizam a dinâmica deste sistema. Elucidando que o patriarcado

[...] 1) não se resume a etimologia da palavra (o poder do pai); 2) refere-se às relações sociais onde há dominação dos homens sobre todas as dimensões da vida das mulheres (produção; reprodução; sexualidade; socialização dos imaturos); 3) não é uma relação privada; 4) é uma relação civil que também se expressa no âmbito privado e na família; 5) concede direitos sexuais, quase sem restrições, aos homens sobre as mulheres; 6) é uma relação hierárquica presente em toda a sociedade; 7) tem uma base material (a divisão sexual do trabalho); 8) é uma estrutura de poder que se perpetua com base na ideologia e na violência (SAffioti, 1987 apud Costa e Rafael, 2021, p. 84).

A consolidação das atividades reprodutivas atreladas ao gênero feminino, em oposição ao fortalecimento do patriarcado erguido sobre o poder do salário proveniente da mão de obra branca e masculina (Federici, 2021), não somente evidencia que existe uma articulação entre a esfera da reprodução e da produção, ainda que não declarada, mas também comprova que a reprodução social é parte essencial para a ampliação do capital. Nesse sentido, as atividades reprodutivas são um mecanismo estratégico para o modo de produção capitalista. Isto porque a

transferência do trabalho reprodutivo para a “esfera pública” geraria um custo excedente para o capital. Logo, responsabilizar as mulheres com este labor impacta no custo da força de trabalho em geral. (Mattos, 2019).

O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia pelo salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra –, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (Federici, 2021, p.5).

Para as mulheres negras, entretanto, esse esquema ideológico de exclusão do trabalho das mulheres estabelecido pela hegemonia burguesa europeia nunca funcionou plenamente. Patrícia H. Collins, ao analisar a situação das mulheres afro-americanas destaca que “[...] a divisão presumida entre a esfera “pública” do emprego remunerado e a esfera “privada” das responsabilidades familiares não remuneradas nunca se aplicou a elas.” (2019, p. 103). Também Lélia Gonzalez (2018) em seu texto “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” analisa em diferentes momentos históricos a inserção da mulher negra no trabalho remunerado, “fora de casa”, evidenciando que o ideal de domesticidade propagado pela sociedade capitalista burguesa não é a realidade das mulheres negras brasileiras.

Ao evidenciar que a opressão-exploração das mulheres sob o capitalismo move estruturas patriarcais, mas também racistas, as autoras não deixam de demonstrar que as mulheres negras também são alcançadas por perspectivas que lhe atribuem a responsabilidade com a família. Lélia Gonzalez vai chamar essa dinâmica de dupla jornada.

Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas, de um modo geral, encarregam-se da casa e dos irmãos mais novos. Após “*adiantar*” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isto sem contar quando tem de acordar mais cedo (3 ou 4 horas da “*manhã*”) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então, quando tem de ir às “*reuniões de pais*” nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas “*psicológicos*” de seus filhos, que apresentam um comportamento “*desajustado*” que os tornam

“dispersivos” ou incapazes de *“bom rendimento escolar”*. “(Gonzalez, 2018, p. 45).

Assim, se estabelece o constructo social em que a existência da mulher se determina através do cuidado (em seu mais amplo sentido) com a reprodução de outrem, mas de modo distinto para mulheres brancas da burguesia e as negras. Destarte, o modo de produção capitalista, desde sua gênese, integrou em suas bases desigualdades de gênero provenientes de condições sociais anteriores, que resultaram na consolidação da opressão social e econômica da mulher.

Ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram criados mecanismos para fomento e impulsão de relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Com isso, a dominação sexual oriunda da apropriação e aprofundamento de estruturas sociais patriarcais no capitalismo, torna evidente a correlação entre a instituição familiar e a esfera da produção. Assim, se forma uma teia capaz de articular, intencionalmente, esferas que compõem a vida privada (como valores, religião e costumes) à uma totalidade estruturada, determinada pela produção. O resultado disso é a família tradicional patriarcal como instituição universal, sagrada e basilar da civilização (Engels, 2021).

Este modelo familiar representa a sociedade “civilizada”, que é sintetizada pelo Estado. Todavia, o Estado atua como braço coercitivo da burguesia e é utilizado como agente de repressão da classe espoliada. De modo que a compreensão da família enquanto instituição autônoma e dotada de poder, além de ser uma falácia naturaliza sua característica inerente: a dominação do homem sobre a mulher.

A ideologia burguesa cria a figura social da esposa, da dona de casa responsável pela coesão do lar através da realização de atividades constituídas como femininas. A figura social da esposa é atrelada a do trabalhador, como constituintes da família tradicional, em que cada membro tem seu papel alinhado ao preconizado pela ordem vigente. Assim, confere-se ao homem a posição de “provedor”, que assegura a naturalização de seu domínio sobre os demais membros da família, em especial, da mulher. Neste sentido, Engels (2021) traz uma interessante alusão à família patriarcal enquanto estruturante da sociabilidade capitalista e seu reflexo. Para o autor, se no modo de produção capitalista está posta a inerente luta de classes, na estrutura da família moderna e patriarcal o homem representaria o burguês e a mulher, o polo oposto, o proletariado.

Esta comparação metafórica das relações estabelecidas entre gêneros e classes sociais, torna evidente que o capitalismo recupera, reinventa, aprofunda e se beneficia do patriarcado e, com ele, das relações desiguais de gênero, atribuindo-lhe novos sentidos e funções de acordo com os interesses constantes de acumulação do capital. Sobretudo porque este modo de produção demanda força de trabalho, apta a ser consumida e gerar mais valia, de forma constante e excedente; a fim de pressionar os salários para baixo do valor. Deste modo, está posta a essencialidade do controle do processo reprodutivo e consequentemente da consolidação de relações desiguais de gênero. A divisão sexual do trabalho sob o capitalismo posicionou mulheres no lugar doméstico, responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, essencial para a ampliação do capitalismo (Ferreira e Fagundes, 2021).

Para Ferreira e Fagundes (2021) a divisão sexual do trabalho condiciona mulheres à expropriação de um trabalho oculto, o trabalho doméstico. Os autores classificam o trabalho doméstico como oculto pois, uma vez que este trabalho não pago se adere ao capital na esfera da circulação, possibilita indiretamente a extração de mais valor do proletariado, posto que propicia a reprodução da principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho. Corrobora assim, para a estratégia capitalista de rebaixamento estrutural do valor da força de trabalho.

Sob esta ótica, é primordial a sujeição não somente entre classes distintas, mas também entre gêneros e raça, como sinalizamos antes. O principal meio de materialização desta sujeição se dá através da família, enquanto instituição tradicional, universal e prioritária, regida por contrato social. Atuando como a representação ideal da relação entre as esferas pública e privada, a instituição familiar estrategicamente corrobora - através das relações desiguais de gênero - para a alienação e expropriação do trabalho oculto de mulheres, evidenciando o patriarcado enquanto mecanismo estrutural para o capitalismo.

Por conseguinte, a consolidação de relações desiguais demonstra a unidade dialética entre a opressão e exploração de gênero e raça. No decorrer deste estudo mostrou-se que em ambos os quesitos há a antítese da inserção dessas populações na sociedade, através da exclusão, a exemplo da inserção de pessoas negras no modelo de trabalho assalariado que se deu tendo a exclusão como única possibilidade. Para justificar esta marginalização foram criados argumentos que buscavam comprovar sua incapacidade para integrar-se ao mercado (como elucidado

no racismo científico). Fato que suscitou a gênese da divisão racial do trabalho - e do exército industrial de reserva - no país.

As relações estabelecidas no período escravista representam a gênese da naturalização de relações de expropriação e dominação dos modos de vida e existência da população negra, evidenciando a articulação estrutural e tática do racismo com a ampliação do modo de produção capitalista. Neste sentido, a divisão sexual e racial do trabalho ocupa posições táticas e explicita a relação dialética entre os conceitos de gênero e raça, fundamental na análise das relações sociais e dinâmica do modo de produção capitalista no Brasil. Posta a subordinação das relações desiguais de gênero e raça à forma mercadoria e como constituintes da relação valor em seu momento plenamente desenvolvido.

Neste sentido, a existência destas populações está sujeitada aos condicionantes das identidades criadas com as relações desiguais de gênero e raça. Uma das expressões desta sujeição e articulação entre ambos os conceitos é evidenciada através da colonialidade presente, assim como no caso da raça, no modo como as mulheres são apreendidas mediante a identidade expressa na “categoria mulher”.

Esta categoria, proveniente do movimento feminista hegemônico e branco, interpreta as mulheres como pertencentes a um grupo coeso. Todavia, trata-se de uma compreensão generalista e imposta pelo estado colonial. Sob a leitura das relações de poder geradas com o colonialismo, observa-se que as lentes de compreensão do mundo e dos sujeitos não é neutra. A pretensão de abarcar todas as mulheres sob um único conceito, se refere ao constructo social do gênero feminino com base num grupo específico de mulheres brancas e europeias. Isso invisibiliza a pluralidade de existências e impossibilita que grande parcela das mulheres periféricas integre este diálogo, uma vez que não traz à cena social e política questões vivenciadas por populações que são postas à margem do grupo possuidor de voz dominante (neste caso, mulheres brancas, burguesas e heterossexuais) (Oyěwùmí, 2021).

A exclusão da realidade das mulheres negras do debate sobre as formas de opressão e exploração das mulheres desvela como uma sociedade pautada na mercantilização das relações e na classificação racial se apropria das identidades para oprimir ou privilegiar determinados grupos. Ao referir-se à subsunção de

determinada parcela das mulheres à outra, o relato de Lugones (2020) logo abaixo ajuda a elucidar essa questão.

Também é parte dessa história o fato de que só as mulheres burguesas brancas são contadas como mulheres no Ocidente. As fêmeas excluídas por e nessa descrição não eram apenas subordinadas, elas também eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres “sem gênero”, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As fêmeas racializadas como seres inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global. [...] quando isso foi conveniente e favorável ao capitalismo eurocêntrico global e à dominação heterossexual das mulheres brancas. (LUGONES, 2020, p.27).

Neste sentido, Oyěwùmí (2021) indica a imposição de raças e a inferiorização do que denomina “anafêmeas”, como processos fulcrais para a colonização. Pontua que as categorias anafêmea e anamacho - em que o prefixo ana remete à anatomia sexual do corpo -, trazidas pela autora, denotam que a construção social de privilégios ou a sujeição a um lugar marginalizado não se caracterizam pela fisiologia do corpo. Não é o fato de possuir pênis ou vagina que define o que é ser homem ou mulher em determinada sociabilidade. Mas tornar-se homem ou mulher está atrelado à construção social pertinente a estes gêneros. E, recorrendo ao pensamento de Lugones, isto ocorre não só em relação ao gênero, como também à raça, visto que mulheres negras e indígenas foram reclassificadas socialmente como outra espécie, dentro da lógica de desumanização racial que as circundava. A construção do gênero feminino no modo de produção capitalista representa a inferiorização cognitiva, política, econômica, social e reprodutiva da mulher atravessada por ideias de raça e de nação.

Nesta ótica, as dominações de gênero e raça não se somam, mas há uma correlação entre ambas. Foram constituídas identidades sociais dotadas de conotação racial, a fim de gerar discriminação através da distinção do padrão. Deste modo, configurando relações de dominação universal entre as distintas identidades sociais (racializadas) e estabelecendo uma classificação social básica da população. Quijano conceitua este fenômeno como colonialidade do poder.

A classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o

capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder (Quijano, 2022, p. 4).

Nesta engenhosa classificação, a dominação de gênero encontra-se atrelada à colonialidade do poder, que adquiriu função de protagonismo ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista - dados seus eficazes desdobramentos para a superexploração da classe trabalhadora, ampliação do capital e aumento das desigualdades.

Cenário que traz à luz a dominação simultânea sobre a mulher negra, sujeitada à colonialidade do poder e de gênero. Neste sentido, os valores de gênero e raça são acionados como identidade social superior, e a do homem branco se consolida e determina a identidade do pólo oposto, a da mulher negra. Assim, a classificação racial universal impõe à mulher negra a ocupação de dois lugares antitéticos, enquanto objeto de desejo e repulsa. A objetificação presente em ambos os lugares se dá em virtude das relações coloniais desiguais de gênero e raça, apresentadas no decorrer deste estudo. Portanto, a mulher negra esteve e está atrelada à função de objeto para satisfação das necessidades do homem branco, o sujeito.

Enquanto objeto de desejo, a mulher negra (sob a identidade da “mulata”) é reduzida a meio para satisfação de necessidades sexuais, outrora de “senhores” e atualmente de “cidadãos de bem” que a enxergam como uma exceção para saída do padrão, experimentação do polo oposto ao constituído socialmente como passível de ser desejado e amado: a mulher branca. Passado o frisson da excepcionalidade do desejo, saciado através da posse do corpo negro, o cotidiano se torna aparente. Cessada a demonstração de domínio através da posse, travestida de exaltação, a mulher negra torna a ser vista somente como objeto a ser domesticado no cotidiano - através da subserviência, prestação de serviços domésticos e responsabilização pelo cuidado.

Kilomba (2019) elucida o nexo desta relação através da articulação entre duas identidades antitéticas imputadas a mulheres negras, que as torna socialmente compreendidas enquanto “perigosas” por serem possuidoras “naturais” de funções as quais a sociedade conservadora não é capaz de suprimir. Ao ser socialmente compreendida enquanto mulata (conforme indica o termo, derivado de “mula”, se

refere à espécie resultante do cruzamento entre cavalo e jumento), é idealizada como objeto de desejo - de posse e hipersexualização - do homem branco. Com seu corpo, fertilidade e sexualidade se torna ameaça para a mulher branca.

Neste momento, cabe abrir parêntese ilustrativo à figura social da mulata, por meio da reflexão sobre a nota publicada no jornal “Diário dos Campos”, da cidade de Ponta Grossa/PR, em 13 de Maio de 1989. Na publicação, a branquitude (enquanto lugar estrutural dominante em projeto social desigual), utiliza de seu domínio nos meios de comunicação para veicular sua ideologia racista. Fazendo valer de explícita objetificação e hipersexualização da mulher negra, enquanto benefício da abolição do escravismo para o seu grupo. Deste modo, a “homenagem” prestada a mulher negra na publicação (figura 1), consiste em validá-la como sexualmente desejável para o homem branco.

Figura 1 - A boa do dia



O outro prisma desta relação antitética consiste em um dos meios mais legitimados da Outridade trocar afeto: através do exercício da maternidade, como a figura da “mãe negra”. Identidade que fomenta o controle de raça, gênero e

sexualidade; reduzindo a mulher negra à relação de amabilidade, confiança e subserviência estabelecida com a família branca.

[...] O racismo, portanto, constrói a mulheridade negra como um duplo - a “doméstica assexual obediente” e a “prostituta primitiva sexualizada” (Hall, 1992). É um processo de duplicação, pelo qual o medo e o desejo pela/o o “Outra/o” são representações um do outro (Kilomba, 2019, p. 143).

Lélia Gonzalez (2020) utiliza a expressão “neurose cultural brasileira” para tratar de uma dualidade do sistema racista e sexista em relação à mulher negra, sobretudo quando analisa a representação social dela em torno de três figuras: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Não abordaremos a fundo nesse momento essas construções sociais da mulher negra, o que será desenvolvido no próximo capítulo. Interessa aqui ressaltar a observação sagaz da autora acerca das contradições e paradoxos que atravessam a presença dela no Brasil.

A autora enfrenta essa dualidade que ronda a mulher negra, e marca a trajetória da população negra em geral na diáspora, ao descrever que ocorre uma leitura do seu lugar na sociedade brasileira a partir da dialética “rejeição/integração de seu papel”. (Gonzalez, 2020, p. 70). A figura da mucama, recorrente na escravização, reúne a mulata e a doméstica, ou seja, de um lado aquela imagem que deve ser “recalcada” (mulata), nos termos de Gonzalez, devido aos seus apelos sexuais⁸, e de outro aquela que é consentida/integrada (doméstica) justamente na venda da sua força de trabalho.

Esse sistema dúbio que atravessa a formação social e cultural brasileira em relação às mulheres negras une funções econômicas, sociais, culturais e sexuais sob a dinâmica da divisão racial e sexual do trabalho e as atinge de forma violenta. Lélia Gonzalez aponta, contudo, que a africanização do Brasil foi um processo inevitável ainda que negado e desqualificado nas narrativas dominantes do país. Essa dialética, como se refere Lélia, expressa a articulação entre racismo e sexismo na lógica capitalista de organização da sociedade conforme buscamos refletir ao longo desse capítulo.

Neste contexto, privadas do vislumbre de protagonismo em suas próprias vivências, a colonialidade das relações e interdependência das dominações de gênero e raça pautam a mulher negra a partir de um ideal criado pela branquitude. Assim, é

⁸ Cabe lembrar que a autora realiza nesse mesmo artigo uma discussão interessantíssima sobre a mulata no Carnaval. (Cf. Gonzalez, 2020).

ostensiva (e de indispensável apreensão) a atuação das relações raciais e de gênero enquanto constructos sociais e históricos essenciais para erigir o sistema capitalista, especialmente na sociedade brasileira.

No capítulo seguinte será dado prosseguimento à análise, com foco no fenômeno investigativo desta dissertação: explicitar a dinâmica de um paradoxo imposto às mulheres negras no que diz respeito a sua responsabilização pela reprodução social (enquanto força de trabalho doméstico, através do cuidado) e, no pólo oposto, sua interdição no que se refere ao pleno exercício da maternidade e de suas funções.

2 MATERNIDADE NA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Compreender a antitética identidade historicamente atribuída à mulher negra traz em evidência que, independentemente dos novos contornos dados ao papel social que lhe foi imputado, este sempre esteve atrelado ao subjugo da subserviência e da presumida abnegação da sua individualidade e das suas aspirações em prol do sujeito a ser exaltado - ao qual a mulher é sujeitada a servir. Esta perspectiva impactou na constituição de relações sociais, de trabalho e da institucionalidade racista que se consolidou na sociedade brasileira. Diante disso, é essencial pontuar como a maternidade, enquanto categoria histórica e socialmente construída, foi delineada neste contexto. Neste capítulo será discutida a constituição da maternidade no Brasil e sua distinção quando atribuída a mulheres negras e mulheres brancas.

Os desdobramentos das relações de gênero e raça estabelecidas no país consolidaram identidades pautadas em mitos socialmente criados a fim de manter valores, privilégios e a ordem social vigente nos distintos períodos históricos. Por isso, é fundamental compreender que o “ser feminino” está para além da distinção biológica e abarca uma identidade pautada em uma série de valores, moralidades e dogmas que se modificaram no decorrer da história do país.

Com o passar do tempo, os mitos que fundamentaram a existência do “ser feminino”, socialmente constituído em concordância com o sistema societário em que se inscreve, se multiplicaram e complexificaram mantendo, contudo, o mesmo viés: ressaltar a mulher como ser *naturalmente* inferior e dependente da existência do homem. Se no senso comum imperava a máxima “Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres” (Beauvoir, 1970, p. 10), filósofos como Aristóteles ratificavam a falaciosa ideia de que “A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades” (Beauvoir, 1970, p. 7), corroborando para a consolidação dos estereótipos desta identidade, quase mitológica, imputada à mulher.

Dentre as características idealizadas acerca do “ser mulher” tem-se na maternidade “o mais poderoso e universal dos arquétipos [...]” (Vasconcelos, 2014, p. 66). Apesar de inscrever-se em um complexo ideológico socialmente constituído, as concepções que envolvem a maternidade estiveram historicamente atreladas à noção de “privilégio biológico”, de aspiração natural e inerente ao ser feminino, chegando a ser compreendida como “instinto materno”. Neste sentido, a coercitividade social pode ser ressaltada como fator essencial para a naturalização da maternidade idealizada.

Seria leviano omitir ou conferir importância inferior à Igreja neste processo. Posto que, enquanto instituição de poder, ela teve papel fundamental na construção da identidade social da “mãe” no Brasil, sobretudo desde o período colonial, cujas implicações permanecem até a contemporaneidade. Objetivando sacralizar a identidade materna, através do estigma da “mãe pura”, o cristianismo massificou a comparação entre as figuras de Virgem Maria e Eva. A primeira, representada não somente como mulher, mas como a mulher bondosa e pura que honra com total devoção o “dom divino” que lhe foi conferido biologicamente: a maternidade. Por isso, é posta em uma instância superior à Eva, a primeira mulher-mãe convertida em pecadora ao render-se aos desejos mundanos. Tal contraponto exalta a imagem de Virgem Maria a fim de instituí-la enquanto *persona* de inspiração e simultaneamente padrão (inatingível) de comparação indiscriminada de mulheres.

Nesta perspectiva, buscando uma existência em comunhão ao seu “dom divino”, a mulher deve ser socialmente respeitada, moralmente íntegra e ociosa, a fim de dedicar-se integralmente à maternidade (condição possibilitada pelo suporte ideológico burguês, em uma sociedade baseada na exploração do trabalho de grande camada da população), tal qual a figura que lhe inspira. Esta ideologia preconizava que a dedicação da mulher no exercício de seu “dom” lhe confere bençãos proporcionais ao seu merecimento, para si e sua família. Afinal, estava se dedicando a uma função sacra e seria recompensada tanto no mundo material quanto imaterial. A disseminação do ideário “Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania” (Badinter, 1985, p. 146), enclausurou mulheres na busca por uma maternidade criada para ser inalcançável.

Esta paulatina sacralização da figura materna evidencia o deslocamento da maternidade de mera possibilidade ao auge da vida da mulher, romantizando inclusive suas especificidades e ônus. Afinal, ser mãe é “padecer no paraíso” (Beauvoir, 1970). Assim, a maternidade foi propagada repleta de estereótipos que moldaram a existência de mulheres a serviço da manutenção da ordem vigente.

Nesse projeto de ideário-religioso-burguês compreende-se as marcas de um processo civilizatório que tem a Europa como centro e referência, consagrada numa missão de elevar os padrões de organização social do mundo. Vê-se logo que, para grande parte das mulheres da diáspora africana e dos povos originários das Américas

esse padrão será repetidamente visto como distante e pouco acessível, visto serem consideradas incapazes de afirmar tais valores e normas por sua inferioridade.

Esse elemento étnico-racial, portanto, não estará distante também do modo como a maternidade, enquanto instituição social, será apreendida na sociedade moderna capitalista, atingindo também mulheres brancas pobres. Logo, se a maternidade é um assunto importante para entender as dimensões das relações de opressão-exploração sobre a mulher no capitalismo, essa tarefa não pode deixar de fora a articulação entre gênero e raça como aspecto que demarca diversos modos de dominação e controle nesse sistema social.

2.1 Maternidade negra: símbolo de dominação ou de poder?

Foram imensuráveis os esforços das instituições na perpetuação desta ideologia, sobretudo com a ascensão da maternidade enquanto categoria compulsória a partir do século XVIII, onde chegou-se a teorizar acerca das características indispensáveis a uma “boa mãe” e que as mulheres que não desejassem ser mães não seriam “mulheres de verdade” ou sequer “normais” (Badinter, 1985). Todavia, a maternidade não compreende um dom, o ápice da existência e tampouco destino inerente da mulher. Trata-se de concepção social fundamentada em acordo com a divisão social do trabalho.

A consolidação da figura da mãe, cuja existência se restringe ao exercício de sua função *natural e instintiva*, reflete a estrutura familiar idealizada pelo patriarcado. Reitero a contribuição de Badinter (1985), a qual elucida que o conceito de “instinto materno” vem da modernidade, quando se passou a estimular o vínculo entre as mulheres e seus filhos (o que não era feito antes em virtude da grande mortalidade infantil) e não em função de característica biológica ou instintiva específica.

Neste sentido, pode-se compreender a essencialidade da maternidade, enquanto construção social e histórica, para a manutenção da dominação de gênero. A coercitividade presente na presunção de dedicação integral da mulher à maternidade, desde a reprodução biológica até os cuidados físicos e emocionais diários com os filhos, requer sua proporcional ausência na esfera pública, onde prevalece a presença masculina.

Deste modo, a mulher idealizada na figura da mãe permanece restrita à esfera privada, sob a imposição de dedicação exclusiva a este “amor”. Contudo, embora não seja um sentimento “natural e inerente”, a pressão social exercida sobre a mulher a compele a exercer a maternidade de acordo com a moral e valores vigentes. Caso esta relação não corresponda ao papel de mãe socialmente construído, a mulher é constantemente condenada moralmente como “desnaturada”.

Nisso tampouco existe algum “instinto materno” inato e misterioso. A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, é o que lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o conforma; encorajam-na a encantar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível. Sua “vocação” é-lhe imperiosamente ditada (Beauvoir, 2016, p. 24).

A valoração central da maternidade enquanto símbolo de realização feminina na dinâmica da instituição familiar patriarcal, possibilita desvelá-la enquanto produto da organização social de um sistema pautado em relações desiguais de gênero e instrumento de opressão e dominação da existência de mulheres.

Contudo, o ponto chave desta análise está em um dos principais propósitos velados com a propagação dessa ideologia do instinto materno, da completa entrega de mulheres puras ao exercício do dom divino que lhes foi conferido. Desvelar o racismo intrínseco a esta ideologia da figura materna é elementar, posto os desdobramentos que o tolhimento social, consequente da articulação entre racismo e sexismo, produzem sobre a existência de mulheres negras (Carneiro, 2011).

Logo, no contexto de um país em que se convive com a colonialidade, conforme anteriormente tratado, é translúcida, quase *alva*, a figura do “ser mulher” que performa feminilidade, delicadeza, amabilidade e uma vida moralmente íntegra. A ideologia da mãe, reflexo de Virgem Maria, é uma clara alusão às mulheres brancas, exclui-se deste idealizado e terno momento a mulher negra, socialmente desrespeitada e cujo direito à humanidade foi historicamente negado (Davis, 2016). Cabe destacar que o reconhecimento das mulheres negras e dos povos originários da América como sujeitos envolve o respeito aos seus saberes, crenças e valores próprios inclusive no que diz respeito à procriação.

Neste sentido, o explícito contraste entre as vivências das mulheres no que diz respeito à maternidade desvela o espaço social e político designado às mulheres negras. Pois, enquanto mulheres brancas buscavam romper com a imagem atrelada

ao espaço privado e, através do direito ao trabalho, ocupar a esfera pública; mulheres negras desejavam a possibilidade de escolher experienciar a vida em família no espaço doméstico, vivência que lhes foi negada no período escravista e depois dele.

A historiografia das famílias negras no Brasil evidencia o impacto da superestrutura⁹ na sua conformação desde o escravismo. De acordo com a ordem vigente eram reconhecidas como famílias legítimas somente as constituídas de acordo com as determinações da sociedade heteropatriarcal (através da mediação de um contrato de casamento e estruturada com a figura de pai, mãe e filhos) (Saraiva, 2022).

Portanto, uma vez que este sistema prezava pela destituição da humanidade da pessoa negra, considerando-a mero semovente, não era plausível que escravizados constituíssem famílias válidas para a sociedade colonial. Ademais, o estereótipo criado acerca dos escravizados se somava às condições de existência que lhes foi imposta. A concepção de que a “pseudo devassidão” na senzala era algo comum e que a decorrência da separação das famílias se dava devido ao tráfico interno de escravizados, somada a percepção desta população como destituída de razão e excessivamente emocional, ia de encontro ao preconizado para validação do ideal familiar. Era presumido que as uniões entre escravizados eram instáveis, desregradas, concebendo como irrisória a existência de famílias negras. (Slenes, 1988).

Deste modo, a existência da família negra foi invisibilizada desde o período colonial. A deturpação do caráter de convivência e coletividade da senzala em libertinagem e da inferiorização da organização familiar de escravizados em comparação ao modelo europeu resultou em uma série de concepções pautadas em relações desiguais de gênero e raça. Produziu-se, assim, o estereótipo de famílias “*desestruturadas*” e que, devido aos seus “ímpetos” de animosidade e “pseudo devassidão”, pessoas negras são incapazes de forjarem família. (Slenes, 1988; Saraiva, 2022).

⁹ Conceito de Karl Marx referente a expressão cultural da infraestrutura (base econômica) da sociedade. Elementos como cultura, moral, religião e os meios de comunicação compõem a superestrutura. Traduzindo um conjunto de instituições e normas, utilizadas pelos grupos dominantes como estratégias para perpetuação de seu domínio e que corroboram para a manutenção da ideologia social e da lógica de exploração/expropriação da grande massa populacional. Para maiores informações consultar o texto de MARX, Karl e ENGELS, Friederich. *Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

O silenciamento e invisibilidade social decorrentes da valoração de um modelo de família e condições de vida construídos para serem alheios à população negra permanecem no pós-abolição e seguem enraizados na cultura brasileira em virtude da colonialidade inerente à realidade social brasileira. Este contexto fomentou o desenvolvimento e consolidação de identidades sociais estereotipadas baseadas na inferiorização e restrição da existência das organizações familiares negras. Estas concepções se reestruturam ao longo do tempo histórico, consolidando a hierarquia racial como fundamento do modo de produção capitalista (Saraiva, 2022).

Todavia, em contraponto à historiografia hegemônica, a família negra existiu e resistiu em um contexto adverso e depreciado pelo status quo hegemônico; ainda que a fragmentação da família de escravizados tenha sido uma realidade marcante no período colonial. (Slenes, 1988). O contexto familiar de escravizados foi atravessado pelas implicações do colonialismo, desde o incentivo à gestação de mulheres negras objetivando a reprodução de mão de obra escravizada, epistemicídio, morte de componentes do núcleo familiar chegando a diversas formas de violências diárias (mortalidade infantil, mutilações, violência física, sexual, psicológica, dentre outras características inerentes a este período).

Considerando as condições que lhes foram impostas, as famílias escravizadas buscavam conservar sua dinâmica, tradições e uniões, ainda que estas fossem atravessadas pelas imposições do escravismo. Todavia, é importante indicar que ao ser inserida no ciclo do trabalho reprodutivo da família branca, como será abordado no próximo item deste estudo, foi minimizada a possibilidade que a mulher negra estivesse presente de forma integral em seu próprio espaço reprodutivo. Posto que, ao contrário do experienciado por mulheres brancas, às mulheres negras não competia o espaço privado, a criação dos filhos e tampouco aos seus companheiros ser o provedor da família.

O modelo burguês de família preconizado de separação das esferas pública e privada para homens e mulheres não se aplica a esta população, mulheres negras sempre trabalharam. Neste contexto, os escravizados buscaram estratégias para que seus arranjos familiares resistissem às investidas do Estado em negá-los e inviabilizá-los. Um método fundamental de resistência das famílias negras foi o exercício de cuidados maternos comunitários em complementação (e por vezes substituição) dos individuais. Posto que a maternidade negra, quando ocorria, era altamente regulada e explorada pelos *senhores* (Saraiva, 2022).

Neste sentido, numa perspectiva africana, destaca-se na maternidade negra uma figura peculiar pautada no princípio da matripotência, a das *lyàs*. De acordo com Oyèwúmi (2016), se trata de uma figura não generificada da cultura lorubá, baseada na senioridade e que materializa uma ascensão da ideia de maternidade, concebendo-a para antes mesmo que esta se concretize de fato, com o nascimento da prole. Evidenciando assim que a relação entre *lyà* e prole (díade central nesta concepção) transcende para o viés espiritual, sobrepondo o caráter biológico preconizado na maternidade eurocentrada.

O trabalho exercido pelas *lyàs* promove o desenvolvimento sadio de todas as crianças do espaço em que convive, pois se materializa em um cuidado que é coletivo. A concepção afrocentrada da maternidade possui caráter comunal, em que cada sujeito na comunidade possui papel importante no cuidado das crianças. Neste sentido, a maternidade não significa opressão ou aprisionamento, mas sim divinização da figura materna em sua posição de destaque social e privilégios. Diante disso, nesta leitura afrocentrada,

[...] além de valorizar a figura de *lyá*, preconiza as relações sociais a partir de um ethos matricêntrico de senioridade, ou seja, valorização da mulher com maior sabedoria propiciada pela experiência de vida. Essa realidade é dinâmica, fluida e igualitária de modo que todos os membros podem participar dos processos sociais e familiares, em que cada sujeito possui seu valor, diferenciando-se das hierarquias de gênero e raça que colocam as mulheres negras em lugar de total submissão e sem perspectiva de mudança de posição na ordem social (Saraiva, 2022, p.26)

Ressalto a destituição do lugar das *lyàs* como um dos pontos centrais de uma análise afrocentrada, ao abordar a questão da maternidade. Tal posição de prestígio somente é destituída quando a pessoa que o ocupa se torna mulher, segundo a concepção eurocêntrica desta categoria. Pois ao tornar-se mulher, consequentemente lhe é imposta a posição do “outro”, categoria anteriormente abordada neste estudo. A transição da *lyá* para mulher converte a reprodução biológica em valor central na maternidade, nos moldes eurocêtricos. Deste modo, há a substituição da “episteme matripotente baseada na senioridade por uma baseada no gênero e patriarcal” (Oyèwúmi, 2016 apud Saraiva, 2022, p. 28).

Ao se consolidar como padrão, o modelo patriarcal de família materializa mais um mecanismo utilizado para invisibilizar e apagar a existência de famílias negras no decorrer da história do Brasil. Posto que desde o período colonial as famílias dos

escravizados foram atacadas e utilizadas como meio para ameaça aos escravizados que cogitassem fugir da ordem exploratória ou não se enquadrassem na dinâmica familiar senhorial.

Após a abolição da escravidão no Brasil, em treze de maio de 1888, as estratégias de resistência das famílias negras seguiram e se adaptaram às modificações na conjuntura do país e aos desdobramentos econômicos, políticos e sociais de um sistema pautado em relações desiguais de raça e gênero. De acordo com Saraiva (2022), os anos de ameaças e ataques à estrutura da família negra resultaram em vínculos familiares rompidos, exposição a nova ordem social sem o mínimo respaldo, ressarcimento, preparo ou absorção neste sistema, culpabilização do sujeito por sobreviver em condições degradantes e baixa escolarização. O fato destas características estarem presentes nestes grupos familiares até a atualidade traz luz ao caráter estrutural do racismo no país.

[...] essas famílias são objeto de intervenção do Estado, são percebidas a partir dos rótulos que construíram historicamente: inexistentes, inviáveis, disfuncionais, patológicas e, por isso, precisam de mediação de outros olhares, outros atores, outros profissionais, outras instituições. As mães são constantemente vigiadas para que busquem se adequar aos padrões de cuidados dessa sociedade heteropatriarcal. Quando buscam auxílio nos órgãos de proteção estatal, passam a ser cada vez mais monitoradas. As políticas sociais não “dão conta” das necessidades dessas famílias historicamente empobrecidas (Saraiva, 2022, p. 44).

Todavia, embora a vivência desta população seja atravessada pela discriminação, a marcante presença como força de resistência e liderança comunitária, sobretudo de mulheres negras enquanto sujeitos duplamente hierarquizados, nas mais adversas situações é um importante fato a ser pontuado. Esta característica materializa um conceito cunhado pelo poeta Arnaldo Xavier, que versa sobre as condições de vida de mulheres negras no Brasil, o “matriarcado da miséria”. Esta expressão sintetiza a força de mulheres negras em resistirem à histórica rejeição e exclusão social, se colocando em posição de liderança em suas comunidades (Carneiro, 2011).

Assim, a partir das ideias desenvolvidas aqui é possível estabelecer a complexidade da maternidade negra sob o capitalismo na atualidade, aportando-se diferentes dinâmicas em torno da maternidade para mulheres negras. De um lado, ressalta-se sua potência na função materna que emerge do contexto de África, a partir

da abordagem de Oyèwúmi, cunhando-se o termo “matripotência”. Nesse cenário, a maternidade constitui um lugar de poder dentro da coletividade.

Na diáspora africana no Brasil, por sua vez, mulheres negras sofreram inúmeras violências desde a travessia do Atlântico passando pelo regime colonial escravocrata até os dias atuais. Viveram e vivem ainda hoje as dificuldades e rupturas para estabelecer seus grupos familiares e laços maternos, resultado da estratégia de poder e dominação sobre a população negra.

De tal modo que suas formas de resistência e arranjos familiares na diáspora foram e ainda são subestimados e invisibilizados pelos analistas da sociedade brasileira¹⁰. Nesse contexto, o espírito de solidariedade foi crucial para a sobrevivência dos indivíduos, não somente do ponto de vista econômico, mas sobretudo cultural e subjetivo. Forjaram-se, desse modo, outras formas de organização familiar numa combinação que uniu a potência da função materna para uma coletividade e as barreiras sociais, econômicas e culturais estabelecidas na diáspora afro-brasileira.

Entretanto, Sueli Carneiro (2011) chama a atenção que a experiência de maternidade construída sob condições de extrema opressão, exploração e violência não deve ser idealizada, reivindicando “que medidas concretas sejam implementadas para reverter esse matriarcado da miséria” (Carneiro, 2011, p. 120).

Não pretendemos subestimar as estratégias de resistência que perpassam as famílias negras e, sobretudo, as mulheres negras. Mas, ressaltar que o debate sobre a maternidade é complexificado quando se considera as dinâmicas sociais e raciais, para além das de gênero. Desse modo, pensar como se entrelaçam potência e dominação na experiência da maternidade negra é importante para que as lutas não deixem de apontar para o bem-viver das mulheres negras que maternam.

2.2 O paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade negra

A existência da população negra foi forjada em um contexto de inferiorização, restrição de possibilidades de ascensão social e subjugo de suas formações familiares

¹⁰ Para Slenes (1988) um novo paradigma de interpretação das famílias escravizadas só irá emergir em 1982 com a publicação do livro “Ser escravo no Brasil”, da historiadora Katia de Queirós Macedo.

e modos de vida. Deste modo, a divisão social e racial do trabalho impactou na materialidade das circunstâncias de sua reprodução ao longo da história do país e consolidou a naturalização do estigma de “família desestruturada”, atribuído às famílias negras. Atravessadas pela estrutura de poder da supremacia branca e inerente moral conservadora, tais arranjos familiares têm suas especificidades, tradições e existência invisibilizadas pela historiografia hegemônica. O patriarcado e o racismo estrutural, enquanto consequências deste sistema, constituem uma perversa teia que se ramifica em diversos âmbitos (social, cultural, ideológico, institucional etc) e se torna factível ao impactar diretamente nas distintas condições materiais de produção e reprodução da sociedade como um todo, a depender da posição ocupada nas relações desiguais de gênero e raça (Costa e Rafael, 2021).

À luz de um contexto ontológico, pode-se ressaltar a histórica pretensão da ordem hegemônica - desde o colonialismo - de destituir a humanidade e a constituição da família negra, crivando-a das mais distintas formas de violências e associações negativas tomadas como “verdade universal”, quando na realidade materializam o sucesso do projeto de poder da supremacia branca (Almeida, 2016). Esta engenhosa ideologia projetada para invisibilizar e ratificar relações sociais desiguais, produziu a pobreza e a imobilização social para a população a qual se destina, como consequências inerentes desta conjuntura. A exclusão moral, também produto deste cenário, atribui à população negra a condição de passível à exploração, expropriação e seus desdobramentos - seja a discriminação em si ou até mesmo a naturalização de seu genocídio (Bento, 2002).

Ao longo deste estudo busca-se evidenciar a justaposição opressão e exploração de gênero e raça em sua funcionalidade para a ordem vigente. Uma essencial expressão desta articulação se realiza na percepção de um paradoxo, inerente a esta estrutura, e que tem implicações diretas na existência de mulheres negras. Trata-se da imputação ao trabalho do cuidado, como contraponto à negação de sua maternidade. Compreender esta antitética relação, que terá sua construção abordada nesta seção, é primordial para a análise do desenvolvimento de categorias centrais abordadas neste estudo, que eclodiram ao longo de processos sociais ocorridos na formação social brasileira.

Dado o lugar social atribuído ao negro brasileiro, é notório que a idealização da maternidade, através da prospecção do instinto materno, era direcionada à sociabilidade branca. Posto que, historicamente restritas aos seus espaços de

trabalho, sujeitadas à negação de suas estruturas familiares e à categorização da parentalidade extensa como disfuncional (em um cenário onde o cuidado em rede era uma necessidade e realidade), às mulheres negras é destinada a condição de marginalização (Saraiva, 2022).

Enquanto características positivas do *ser* mulher e da maternidade ideal foram atribuídas às mulheres brancas, as mulheres negras foram designadas ao polo oposto. Agressividade, violência e sujeira são exemplos de características projetadas sobre a existência de mulheres negras e utilizadas como uma espécie de “licença” para sua exploração e desumanização, dada a presunção de uma *inferioridade natural*. Nesta lógica, por simbolizar a “[...] representação mental daquilo que o sujeito branco não quer se parecer” (Kilomba, 2019, p. 38), a mulher negra foi destituída do exercício da sua maternidade - enquanto idealização da branquitude e que somente poderia ser exercido com total prestígio por ela.

A presença da colonialidade no Brasil denota a prevalência do cuidado colonial como estratégia que visa o apassivamento de mulheres negras e o fomento ao mito da democracia racial, ratificando a aparente integração voluntária e igualitária entre negros e não negros. Assim, tal idealização impulsionou a ideia da inerente abnegação da vida e das escolhas de mulheres negras, em prol do sujeito que *deve* ser cuidado e a proporcional pressão de que devem se tornar responsáveis pela reprodução social. Visando elucidar distintas formas de manifestação do cuidado colonial e seus desdobramentos sobre a existência desta população, Fanon (2008 apud Passos, 2020) conceitua três dimensões desta forma de cuidado imputadas às mulheres negras.

Diante da constituição da maternidade patriarcal e hegemônica, o autor primeiramente destaca a ideia da “zona do não ser”. Pois é através da idealização do papel da mãe que a mulher negra encontrará o não pertencimento, posto que se trata de um lugar criado por e para a branquitude, o qual a mulher negra é considerada inapta a ocupar. Logo, ao constituir o “ser mãe”, simultaneamente para a mulher negra constitui-se o lugar do “não ser”.

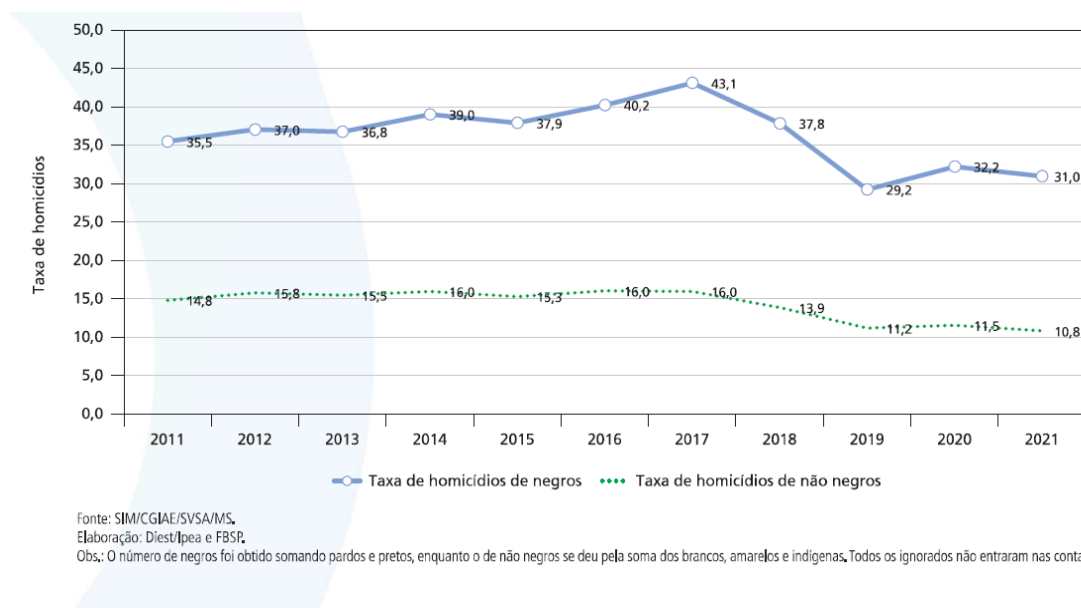
A leitura do corpo negro enquanto matável e exterminável também constitui uma expressão do cuidado colonial. Por mais que, por vezes, as violências aplicadas contra esta população se deem de forma velada e sob a falácia de “mero acaso”, a formação histórico-social evidencia a naturalização da desumanização de pessoas negras como um legado presente e inerente à constituição do país.

Gonzalez (2020) conceitua esta manifestação do racismo estrutural como racismo por denegação, por ser movimentado de forma disfarçada, mas que ainda se revela contínua e rotineiramente na vida da população a qual se destina. Dados divulgados pelo Atlas da Violência (2023) ilustram esta afirmação ao demonstrar que no ano de 2021 o índice de homicídios de pessoas negras (soma de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE) lidera o ranking de mortes violentas, totalizando 36.922 vítimas. Naquele ano, a população negra representou 77,1% dos mortos, com uma taxa de 31 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional, ao passo que para pessoas não negras (soma de amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 10,8 homicídios para o mesmo quantitativo de habitantes.

A habitual divulgação da diminuição na taxa de homicídios contra pessoas negras, seja visando difundir uma diminuição no índice geral de violência, quanto na intenção de propagar o mito da democracia racial, omite as consequências do racismo estrutural. Posto, que em uma análise comparativa e crítica a prevalência da desigualdade racial se torna evidente.

Observando o gráfico 1 se percebe que entre os anos de 2011 e 2021 houve uma queda de 35,5% para 31% na taxa de homicídios de pessoas negras por Unidade Federativa e de 14,8% para 10,8% dos homicídios de pessoas não negras no mesmo período. Considerando a ocorrência desta queda, ainda há permanência de expressiva discrepância entre as taxas, fato que caracteriza a consolidação de uma política de naturalização do genocídio da população negra.

Gráfico 1 - Taxa de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais - Brasil (2011-2021)



Dados do ano de 2023, provenientes da 4ª edição da pesquisa “Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil”¹¹ - encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública junto ao Instituto Datafolha -, mostram que dentre as 18 milhões de mulheres que já sofreram algum tipo de violência no país, mais de 12 milhões são negras, quantificando 65,6% do total. Diante da expressividade dos números, é essencial apresentar dados aprofundados sobre o fenômeno da violência contra a mulher negra no Brasil.

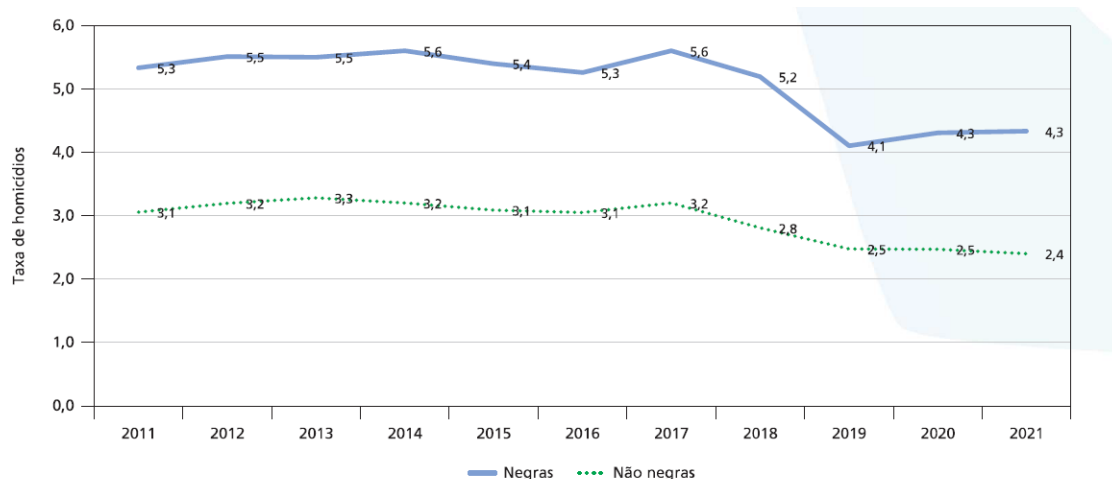
O Atlas da Violência (2023) expõe dados cuja análise ratifica o contexto esmiuçado no decorrer deste estudo e comprovam que a violência letal é predominante entre mulheres negras. No ano de 2021, 2.601 mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, representando 67,4% do total de mulheres assassinadas e uma taxa de aproximadamente 4,3 mulheres negras mortas para cada 100 mil. Já entre as mulheres não negras esta taxa foi de 2,4 em 100 mil habitantes, um número praticamente 45% inferior. Estes dados denotam risco 1,8% maior de uma mulher negra ser vitimada em um homicídio do que uma mulher não negra.

¹¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>

Ao exibir os índices de violência letal entre as duas populações alvo desta comparação, percebe-se que entre os anos de 2011 e 2021 há períodos de reduções nas taxas de homicídios para os dois grupos. Contudo, considerando tanto os dados baseados no recorte de gênero quanto no de raça, tais episódios de oscilação seguem como parâmetro para mensuração da prevalência da desigualdade racial. Posto que tais oscilações não traduzem uma mudança considerável ou quiçá perspectiva de igualdade, pois ainda apresentam a mulher negra como principal vítima de violência letal no país.

Cabe pontuar que, observando o gráfico 2 se pode perceber que entre os anos de 2020 e 2021 (em que vivenciamos a pandemia de Covid-19¹²), a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 0,5% enquanto entre as mulheres não negras reduziu em 2,8%. Este importante dado abre parênteses para uma rica análise acerca das hipóteses que levaram a este aumento. Porém, no que se refere ao objeto deste trabalho, me limitarei a apreendê-lo enquanto uma das expressões da materialização da colonialidade em uma sociedade pautada em relações desiguais de gênero e raça.

Gráfico 2 - Evolução da taxa de homicídios femininos, por raça/cor (2011-2021)



Fontes: GEAD/Copis/DPE/IBGE e SIM/CGIAE/ SVSA/MS.
Elaboração: Diest/Ipea e FBSP.

Obs.: O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de "negras" a soma de pretas e pardas, e de "não negras", a soma de brancas, amarelas e indígenas.

¹² A pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. O fim da emergência de saúde pública foi declarado pelo órgão no dia 05 de maio de 2023, considerando a tendência de queda nos óbitos, declínio nas hospitalizações em UTI decorrentes da enfermidade e os altos índices de vacinação da população mundial.

Os índices de ocorrência de outras formas de violência contra mulheres negras também são alarmantes. Após o Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp) indicar que mulheres negras representaram 62% das vítimas de violência sexual em 2022, o Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência realizou a Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher Negra¹³, divulgada pelo DataSenado em 2023. Nela foram ouvidas mais de 13 mil mulheres autodeclaradas pretas ou pardas, com 16 anos ou mais, de todo o Brasil. O levantamento demonstra que 53% das participantes relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica sofreram a primeira agressão antes dos 25 anos e 30% antes dos 18 anos. No que diz respeito às formas de violência, 78% das participantes relataram ter sofrido violência física, 87% violência psicológica, 33% violência patrimonial e 25% foram vítimas de violência sexual. Cabe ressaltar que, de acordo com o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁴ (2024), uma mulher ou menina é estuprada no Brasil a cada seis minutos, sendo meninas negras de até 13 anos as principais vítimas.

A última dimensão do cuidado colonial trazida por Fanon (2008 apud Passos, 2020), pertinente a temática deste estudo, é a leitura da mulher/mãe negra como um objeto estereotipado. Deste modo,

[...] As práticas discursivas racistas e sexistas propagam no imaginário social a concepção de que as mulheres negras possuem uma capacidade de suportar a dor muito maior do que as outras. Dessa maneira, produzem-se processos de subjetivação que são marcados por essa fantasia e que resultam em intenso sofrimento psíquico, que têm, na maioria das vezes, a medicalização da subjetividade como resposta (PASSOS, 2020, p. 120-122).

A figura da “mãe preta superforte”, uma fantasia idealizada pela branquitude, sob a aparência de enaltecimento a suposta resiliência presente na maternidade negra, elude o ônus de maternar em uma sociedade que historicamente restringe suas possibilidades de fazê-lo. Não se trata de resiliência e tampouco capacidade superior de maternar em meio a condições adversas, mas sim resistir em um contexto em que esta, por vezes, é a única opção. Imputar às mulheres negras esta imagem não as

¹³ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-nacional-de-violencia-contr-a-mulher-datasenado-2023>

¹⁴ Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/1d896734-f7da-46a7-9b23-906b6df3e11b/content>

isenta de estarem à margem da maternidade hegemônica, mas sim projeta sobre elas a concepção de que devem suplantam suas necessidades em prol dos outros e a qualquer custo. Todavia, uma vez que a maternidade hegemônica é idealizada por uma fantasia da e para a branquitude, esta torna-se inatingível para mulheres negras, que transitam entre os estigmas ora de “mãe super fortes” ora “mães desnaturadas” (Collins, 2019).

A análise das dimensões do cuidado promove a articulação de como tais características se fazem presentes e se manifestam na contemporaneidade. Um sucinto resgate histórico e conceitual acerca de concepções do cuidado colonial ratifica o ônus de séculos de desumanização, objetificação e redução da existência de toda uma população a meros *instintos selvagens* (Bernardino-Costa, 2016 apud Passos, 2020).

Pensar sobre as nuances e impactos do cuidado colonial sobre a existência da mulher negra, ratifica que de fato a democracia racial é um mito no cenário brasileiro. Não há como conceber a prevalência da democracia racial em um contexto assombrado pela colonialidade e pautado em relações sociais desiguais de gênero e raça. A própria consolidação de figuras estereotipadas e aprisionamento da subjetividade e pluralidade de mulheres negras em identidades dotadas de valorização moral e conservadora, por si só evidenciam a estratégica permanência da colonialidade e, sobretudo, do racismo enquanto sustentáculo do modo de produção capitalista.

A construção de figuras como a da mãe preta e da ama de leite, que se originaram no colonialismo e, em suas novas roupagens, se perpetuam até os dias de hoje, revelam um mecanismo de fomento à manutenção de relações desiguais de raça como forma de impulsionar a ordem vigente (e os privilégios de grupos dominantes). Tais identidades sociais explicitam a valorização da mulher negra subserviente, *dócil* e *domesticada* (tal qual um animal), como condições para ser aceita e integrada à família branca. A popular falácia colonial de considerá-las “*praticamente da família*” oculta a histórica exposição a diversas modalidades de violências às quais estas mulheres foram submetidas ao serem retiradas de suas próprias famílias e impedidas de experienciar dinâmicas cotidianas com seus companheiros, filhos e demais familiares - as quais somente assistiam enquanto espectadoras da vida das famílias brancas (Collins, 2019).

Tais figuras materializam o empenho da branquitude em evidenciar uma suposta herança positiva do período escravista. Pois, ao retratá-las como figuras íntimas, presume-se que seu “afeto” empregado nesta relação seria benéfico o bastante para suprimir as violências e cerceamento de direitos aos quais foram historicamente submetidas. Tal objetificação inerente à imposição do papel social do Outro, proveniente de uma ideologia binária em que o significado de uma parte se realiza somente em relação a sua contraparte, materializa a opressão naturalizada ao reafirmar a mulher negra como pertencente a zona do “não ser”, anteriormente abordada.

Nesta perspectiva é possível propor um diálogo entre a análise de Collins (2019), acerca da construção de imagens de controle em relação a mulheres afro-americanas e a conjuntura brasileira. Pois, salvo as especificidades da formação social de cada país, que impactam diretamente na forma com que tanto o capitalismo quanto o racismo se materializam, há uma constante de processos sociais. Em ambos os contextos há a construção de estigmas que dialogam entre si e objetivam desumanizar e reduzir a existência de mulheres negras à subserviência, evidenciando a prevalente estrutura de exploração e opressão racial.

Alheias ao espaço da família patriarcal, onde mulheres brancas eram encorajadas a almejar virtudes fundamentais ao constructo social do *ser* mulher (piedade, pureza, submissão e domesticidade), papéis sociais de opressão e controle eram imputados às mulheres negras. Neste sentido, Collins (2019) apresenta a imagem da mammy, essencial para compreensão da figura de cuidadora natural e que no cenário brasileiro se equipara à mãe preta.

Identidade, constituída no período colonial e enraizada na branquitude brasileira, que propagou a imagem da mãe preta (também conhecida como ama de leite), como a serva obediente que se reconhece em *seu* lugar de serviçal, afetuosa, dedicada, confiável e grata pelo *privilégio* (em relação aos outros escravizados) de estar no seio da família branca. O fato de atuar diretamente nos cuidados com as crianças desta família, evidencia a aparente prevalência de uma relação de amor quase devoto, que mascara a violência do viés compulsório atrelado a este trabalho do cuidado. Uma relação em que afeto e violência coexistem, porém, a supremacia racial branca lhe atribuiu conotação positiva de tal modo a mistificar sua complexidade.

Consolidar esta figura como símbolo de benevolência e total servilismo aos senhores faz parte da estratégia da classe dominante de fortalecer relações sociais idealizadas e benéficas para a branquitude. É fundamental contextualizar que ao *ascender* à mãe preta, a mulher escravizada - puérpera e amamentando, por isso escolhida para tal função - era afastada de seu filho e impedida de exercer sua própria maternidade. Deste modo, o que mais se assemelhava ao exercício da maternidade para estas mulheres era ser mãe preta/ama de leite de crianças brancas. Traçar um paralelo entre a figura da mammy e da mãe preta, evidencia que em ambos os casos se elude a subserviência e a impossibilidade de exercer sua maternidade ou construir seus próprios laços afetivos através do mito de que

[...] seu amor por seus encargos se torna mais sublime, mais extraordinário quando suplanta seu amor por sua própria carne e sangue, filhos que pertencem a seu mestre ou, às vezes, aos próprios jovens pelos quais é responsável (Wallace-Sanders, 2008 apud Silva, 2018, p. 246).

Esta figura simboliza a concepção ideal de relação entre as mulheres negras e o poder da elite branca e masculina e evidencia a face pública que o grupo dominante deseja que assumam. Neste sentido, a figura da mãe preta é projetada como a “mãe ideal”, com objetivo de que esta identidade social - enquanto figura de controle e opressão - inspire o maternar de outras mulheres negras, cuja imagem deve ser destituída de sexualidade e fecundidade. Ademais destaca-se o encargo de transmitir aos seus filhos a “consciência” de sua posição na relação com a branquitude, assim como a amabilidade e servilismo *inerentes* a esta identidade racial. Imagem de controle e opressão que fomenta a ampliação de relações desiguais de raça e a naturalização da destituição da relação com suas próprias famílias em prol do cuidado com a família senhorial (Collins, 2019).

A invisibilização e apagamento da maternidade negra no Brasil é uma realidade. Assim como a constituição, desde o período colonial, de distintos mecanismos para atingir tal objetivo. Neste sentido, torna-se evidente que as mulheres negras não foram contempladas pela exaltação à maternidade idealizada no século XIX. Posto que sua gestação não era compreendida como constituição de uma família, mas como ampliação da força de trabalho a ser escravizada, caso gerasse uma criança do sexo masculino ou garantia de produção de futuros escravizados, caso gestasse uma criança do sexo feminino, ademais sua futura conversão em ama de leite/mãe preta. Concebidas enquanto “reprodutoras” cujo valor é mensurado a partir de sua

capacidade de se multiplicar e com isso gerar lucro para os senhores, a maternidade da mulher negra era supervisionada e controlada, pois era necessária para assegurar a continuidade do sistema escravista (Davis, 2016).

Por conseguinte, devido à baixa expectativa de vida da mulher negra nesse período (33,6 anos) e a taxa de mortalidade infantil ser consideravelmente alta entre crianças negras, a regulação e acompanhamento de sua gestação e maternidade por parte do Estado eram percebidas enquanto demandas urgentes. Afinal, eram meios de assegurar a continuidade do sistema e explorar ao máximo o corpo da mulher (Saraiva, 2022).

Diante disso, esta gestação era apreendida pelo viés econômico (enquanto estratégia de produção de riqueza) e a mulher negra não era vista como mãe, mas sim procriadora. Neste sentido, criou-se o estereótipo de que podiam *procriar tanto quanto animais*, como justificativa de uma pseudonecessidade de intervenção na vida reprodutiva das escravizadas.

Isentas de autonomia desde a gestação (muitas vezes acontecida em decorrência de violência sexual), amamentação (usualmente forçada a preterir seus filhos em prol do aleitamento de crianças da família senhorial), até o cuidado com seus filhos (dos quais eram recorrentemente afastadas), tem-se no rompimento de laços familiares uma espécie de “morte social” a qual eram submetidas. Ademais a desumanização e objetificação que sofriam tanto as mulheres negras quanto seus filhos, desde o ventre.

Construção que através da política de controle social e do movimento da eugenia evidencia o abandono produzido, mesmo após a estratégica abolição do escravismo. A consciência coletiva da necessidade de controle e regulação estatal sobre mães negras e seus filhos seguiu como uma constante. Socialmente vistos como vadios e perigosos em potencial, caso “apreendidos” (incluindo crianças e adolescentes) em situação irregular deveriam ser contidos pelo braço coercitivo do Estado. Ainda que tal situação marginal lhes fosse imposta como consequência de uma estrutura social racializada e generificada, a resposta de suas expressões compete à tríade: vigilância, culpabilização e penalização dos que não atendem as necessidades do modo de produção vigente (Saraiva, 2022).

Este contexto evidencia uma concepção por parte da classe dominante do corpo negro como o que Mbembe (2014) conceitua como corpo moeda - que por ser passível de objetificação e conversão em lucro, não caracterizaria um ser humano,

mas sim mera mercadoria. Assim, o corpo negro não era socialmente compreendido enquanto um sujeito, mas sim um corpo violável.

A desigualdade racial, materializada pelo racismo estrutural e institucional, coagiu mulheres negras a transmitirem aos seus filhos valores de inferioridade e servilismo. Considerando a constituição social da população negra enquanto perigo iminente, classe a ser combatida, o Outro e diversas outras figuras que compõem o arquétipo do negro na supremacia racial branca, a família negra - enquanto instituição com sua própria dinâmica, valores e cultura - era vista como ameaça à ordem vigente e algo a ser combatido (Collins, 2019). Nesta lógica, se dá a constituição do medo enquanto elemento fundamental para compreensão das relações raciais no Brasil.

A ideologia dicotômica, que consiste no estabelecimento de dois pólos opostos que somente possuem significado mediante sua comparação, é uma espécie de paranoia que tem o medo como um de seus produtos. Ao disseminar a consciência de estar em perigo iminente e constante, o pólo dominante e socialmente humanizado, massifica o inconsciente de que o pólo oposto se aproxima do ser natural, perigoso e beirando o animalesco, configura-se uma ameaça ao ethos dominante. Tal fato justificaria a representação hegemônica do Outro, assim como toda sorte de violência às quais são submetidos ganha caráter de legítima defesa (Bento, 2002).

Uma coletividade, em geral incitada pela sua elite, posiciona-se como vítima e justifica antecipadamente os atos de injustiça que não deixará de executar. Imputando aos acusados toda espécie de crimes e de vícios, ela se purifica de suas próprias intenções turvas e transfere para outrem o que não quer reconhecer em si própria. (Bento, 2002, p.10).

Contudo, buscando uma análise afrocentrada, é fundamental ratificar as famílias negras e os quilombos enquanto espaços de resistência às atrocidades deste período. A historiografia hegemônica ocultou esta face e disseminou que a população negra “se permitiu escravizar”, expondo critérios falaciosos de inferioridade biológica e de consciência, ou ainda que se beneficiaram com a estratificação presente no escravismo, que diferenciava escravizados do eito dos que conviviam na casa grande (a exemplo de figuras como a mãe preta/ama de leite).

Todavia, as formas de resistência negra contra este sistema de desumanização eram uma constante reação à opressão da estrutura econômico-social da colônia e do império. A estruturação de famílias negras, forjadas em seus próprios costumes, valores e hierarquias (exprimindo um sistema próprio, que fugia a dicotomia entre

senhor e escravizado), por si só denota resistência à ordem dominante. Já os quilombos configuram prejuízo financeiro direto a um sistema fundamentado na exploração do trabalho forçado, pois ao impossibilitar tal exploração cada sujeito era visto como capital improdutivo ao escravismo. Por isso, a quilombagem¹⁵ foi o principal sistema de defesa e elemento de desgaste deste regime, constituindo uma poderosa estratégia de conservação da consciência étnica do negro até a contemporaneidade (Silva, 2017).

A constante luta dos escravizados, seja nas revoltas para tomada do poder, insurreições armadas, quilombagem, guerrilhas¹⁶ e a própria resistência das famílias negras, constituíram ao longo do escravismo mecanismos poderosos de resistência da população negra e buscaram, enquanto processos históricos, responder às necessidades concretas de sobrevivência deste povo, desenvolvendo formas de vida social baseadas em outros modos de produção.

[...] o determinante dos comportamentos dos negros, quer passivos ou rebeldes foi a sua situação de escravo. E do ponto de vista da classe senhorial o que determinou o comportamento despótico foi a sua posição na estrutura social, como senhores-de-escravos e não o seu cristianismo ou a sua predisposição à miscigenação (Silva, 2017, p.125)

Este resgate sobre a situação do negro no Brasil neste período histórico vai de encontro à leitura da historiografia hegemônica, que expõe uma figura idealizada do negro enquanto passivo no processo de escravização. A disseminação do escravizado passivo, enquanto padrão de normalidade, se complementa ao apagamento do escravizado insurreto, quilombola ou “rebelde”, na tentativa de invisibilizar e pormenorizar a histórica e contínua resistência desta população, enquanto processo social intrínseco ao período colonial brasileiro e que perdura, salvo as devidas proporções, até os dias de hoje.

¹⁵ No Brasil este movimento histórico e social teve início ao final do século XVI e “[...] Caracterizou-se pela formação contínua de grupos de negros rebeldes e fugitivos, que constituíam comunidades próprias, os quilombos. A quilombagem perdurou durante todo o tempo em que existiu a escravidão no Brasil e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista. [...], grandes ou pequenos espalharam-se em todo território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho de Estado no seu conjunto, o ônus permanente com despesas para combatê-los.” (Moura, 2013 apud Silva, 2017)

¹⁶ Elemento complementar do quilombo, que objetivava roubar nas estradas mantimentos e objetos não produzidos nos quilombos. Seus componentes atuavam como sentinelas, antecipando as lutas com as tropas de captura de escravos fugidos e os capitães-do-mato (Silva, 2017).

A condição do negro, apesar de exposta como pertinente aos interesses sociais gerais, condiz com a viabilização do enriquecimento dos grupos dominantes e por isso demanda a constante negação de sua ancestralidade, comunidades e famílias. Diante disso, a propagação de figuras dotadas de estereótipos oriundos da idealização da branquitude, como a mãe preta/ama de leite e mulata, torna evidente a criação de mecanismos de controle da sexualidade, fecundidade negra. Os desdobramentos desta intervenção impactaram na maternidade negra para além do colonialismo e, neste sentido, cabe trazer luz à figura social da matriarca negra, enquanto mais um ponto de congruência no processo social estadunidense e brasileiro, no que diz respeito aos símbolos e estratégias de controle e opressão à maternidade negra (Collins, 2019).

Esta figura foi desenvolvida em oposição à figura da mãe preta. Porém, ao passo que a mãe preta *cuidava com total dedicação* das crianças das famílias senhoriais, as matriarcas simbolizaram as “negras más” que - por sua família não representar o ideal criado pela branquitude - eram compreendidas como alguém que não cumpria com louvor os *deveres femininos* e por isso sua família era constantemente assolada por problemas sociais, impactando na coesão de toda a sociedade. Nesta perspectiva, os registros históricos da maternidade negra, realizados em sua maioria por homens brancos, até a década de 1970 (gênese do feminismo negro moderno) representaram as mulheres negras mães como aquelas que por não estarem em casa (mas sim trabalhando) para supervisionar as crianças de maneira *adequada* seriam responsáveis pelos insucessos escolares, matrimoniais e sociais ocorridos em sua família. Consideradas agressivas e pouco femininas, a ausência (que não lhe foi facultada escolha) da matriarca de seu seio familiar justificaria a prevalência de estruturas familiares majoritariamente *desajustadas* entre a população negra (Collins, 2019).

Em “Vivendo de Amor” (2010) Bell Hooks reflete de forma cirúrgica sobre o impacto da escravização na subjetividade negra e seus desdobramentos, proporcionando um importante ponto de reflexão sobre a constituição das famílias negras. Considerando um contexto de separações abruptas e forçadas as quais esta população foi sujeitada, suprimir suas emoções poderia significar aptidão para lidar com a materialidade da existência naquele sistema e por vezes, literalmente, sua sobrevivência. A autora analisa a falta de amor, como é hegemonicamente conhecido, na vida e relações (sejam elas quais for) entre pessoas negras. Ao nos debruçarmos

sobre as inúmeras práticas de tortura, violências e desumanização destinadas à população negra durante o escravismo, se torna evidente que testemunhá-las traria grande impacto negativo à subjetividade de nossos ancestrais.

O amor, leve e natural, conforme apreendido pela classe dominante e disseminado através do status quo, não pôde ser experienciado desta forma por pessoas negras. Vivenciar entes queridos sendo vendidos, fragmentação familiar, exposição a diversas formas de violência, incluindo a escravização em si, demandou que esta população fosse mais racional do que passional.

Nesta perspectiva tem-se nos espaços de resistência espaços seguros para que pessoas negras pudessem expressar suas emoções reprimidas sem que fossem punidas. Deste modo, crianças negras eram ensinadas a reprimir o choro e agir de forma pertinente à objetividade exigida no sistema escravista, visando sua própria sobrevivência. Assim, constroem-se relações não ausentes de amor, mas alheias ao amor idealizado pela burguesia.

O afeto ligado à objetividade diária, em detrimento das dimensões emocionais, e à disseminação de imagens de controle como a da matriarca negra deturpa a assertividade materna, exigida pelo contexto vivido, convertendo-a em grosseria e ausência de feminilidade. Este contexto traz elementos essenciais para compreensão da maternidade negra e de uma leitura crítica da figura da matriarca e das demais imagens de controle abordadas neste estudo, concebendo-as como formas de intersecção entre as opressões de gênero, raça e classe (Collins, 2019).

São inúmeras as formas de negação da maternidade negra que foram desenvolvidas e aprimoradas pelo capital ao longo da formação social do país, visando controlar a identidade da mulher negra - forjada no seio da branquitude - e manter os privilégios pautados na desigualdade de raça e de classe. O Estado, se respalda na prevalência da colonialidade rumo à legitimidade e naturalização, por parte da sociedade, da contínua expropriação do direito à maternidade de mulheres negras. Pode-se citar inúmeras expressões contemporâneas deste fenômeno (a exemplo da violência obstétrica, controle da sexualidade e natalidade, cerceamento do acesso a direitos como saúde, educação, dentre outros), todavia nos dias de hoje a necropolítica se configura enquanto método central de materialização cotidiana de negação a esta maternidade.

A explanação de Mbembe (2018) sobre a necropolítica se articula à temática deste estudo, a medida em que o conceito se realiza na conjuntura aqui apresentada,

ratificando a consolidação de um sistema, sociabilidade e Estado que demandam e objetivam o contínuo aprofundamento da desigualdade racial. O autor traz luz ao conceito foucaultiano de biopoder - domínio da vida da coletividade pelo poder - para elucidar a constituição de uma soberania cuja expressão máxima é o poder de decisão sobre qual indivíduo deve morrer e qual deve viver. Sendo este o limiar e atributo fundamental no exercício dessa soberania.

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo” (Mbembe, 2018, p.128).

Em outras palavras, o racismo é utilizado como mecanismo de exercício do biopoder e ao classificar quais sujeitos são “descartáveis” para o sistema, é capaz de regular a distribuição da morte e promover a aceitabilidade desta *escolha*. Mbembe (2018) apresenta uma percepção característica da modernidade, que se articula com a formação social brasileira aqui analisada e nos auxilia na reflexão sobre a permissibilidade e aprovação social da histórica manifestação de soberania explícita através da concepção da capacidade de matar uns para *viabilizar* a vida de outros.

O autor traz a percepção da existência do Outro - diálogo com a figura social atribuída à identidade racial negra - como constante ameaça e sua eliminação biofísica enquanto potencializador da segurança geral, sendo este um dos imaginários de soberania que atuam e fomentam seu exercício bélico. Em suma, “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2018, p.123), considerando o impacto direto das relações antagônicas de poder nesta decisão.

Todavia, análises afrocentradas retratam a maternidade negra como dotadas de amor, partilha e afeto na construção de seus próprios processos sociais, como respostas às especificidades de suas necessidades - e não ao preconizado pela ordem vigente. Neste contexto de injustiça social e contínua negação da maternidade negra, pode-se ressaltar a ampliação da família nuclear como uma estratégia de existência para além da vigilância da classe dominante.

Nesta perspectiva, a análise em que Velloso (1990) apresenta a sociabilidade espacial enquanto costume enraizado na cultura afrobaiana, dialoga com Oyèwúmi (2016), que examina a concepção das *Iyàs*. As análises se complementam e evidenciam processos sociais comuns às conjunturas em que se realizam, ratificando a desigualdade racial como ponto de congruência benéfico para o sistema capitalista, assim como a maternidade compartilhada como forma de resistência que mulheres negras encontraram para viabilizar seu exercício historicamente cerceado.

Velloso (1990) ressalta a conversão de residências em oficinas de trabalho, em que havia divisão de tarefas e esforços compartilhados, remontando a cultura continuamente ameaçada. Estes espaços de convívio promoviam a expansão da família nuclear, possibilitando a integração de figuras que, poderiam não ter laços consanguíneos, porém eram dotadas de autoridade, prestígio e deveriam ser respeitadas por todas as crianças da extensa família. O contexto social traçado por Velloso (1990), assim como por Oyèwúmi (2016), justifica a aparição e consolidação das tias enquanto figuras essenciais na sociabilidade da população negra, em que o referencial de *família tradicional* dá espaço a conceitos como união e solidariedade.

Neste arranjo familiar, laços de afetividade sobrepõem conveniências consanguíneas e a autoridade com as crianças está para além dos genitores, configurando uma concepção de família como valor territorial - em que o coletivo agrega qualidades que dificilmente são atributos de um só indivíduo (Mafesoli, 1984 apud Velloso, 1990). A necessidade de agrupar-se, concentrando esforços em um espaço seguro para manifestação de sua cultura e existência livre das amarras do colonialismo foi e ainda é perene para a comunidade negra.

Neste sentido a constituição de famílias ampliadas, com a criação compartilhada e descentralizada de crianças se constitui naturalmente como uma característica desta forma de organização familiar. O provérbio africano “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança!”, se manifesta na materialidade da vida cotidiana. Pensar a importância da filiação étnica, conceito de Queirós (1998) trazido por Velloso (1990) para analisar a rede formada pela família extensa, é fundamental em uma leitura crítica sobre a maternidade negra e traz luz a procedência étnica enquanto elemento com potencial redefinidor das relações sociais. A concepção das moradias enquanto espaço de convívio social e luta cotidiana, denota a forte presença da consciência de família via etnia enquanto estratégia de sobrevivência e resistência de famílias negras desde o período colonial.

Esta dinâmica ganha relevância uma vez que a transição do sistema escravista para o trabalho assalariado se deu de forma gradual e de modo a conservar as relações sociais outrora consolidadas, o racismo estrutural e institucional permanece como mecanismo *sine qua non* do capitalismo no Brasil e principal artifício impeditivo de mobilidade social de camadas marginalizadas. Desta maneira, a população negra encontra no quilombamento¹⁷ uma importante estratégia de resgate da ancestralidade e resistência. Partindo do pressuposto que a própria unificação do povo por si só configura um quilombo, o quilombamento urbano transcende o espaço geográfico, pois através da coletividade se constroem relações de pertencimento visando movimentação social e política de forma coletiva. Por isso, a primazia da compreensão deste quilombar-se como estratégia para fortalecimento de sujeitos historicamente desumanizados, objetivando a preservação do espaço ancestral, garantia de direitos, respeito à identidade negra e forma de resistência à supremacia racial da branquitude.

O ato de quilombar-se é intrínseco à vivência na busca pelo reconhecimento daquilo que se é individualmente, e que potencializa-se no reconhecimento do que somos juntos. É a busca pela preservação e autopreservação da memória e ancestralidade, no âmbito físico, social e cultural que permeia o coletivo (Pereira, Soares et al. 2023, online¹⁸)

O percurso metodológico definido para nortear a discussão da temática, foi constituído de forma a esmiuçar desde o impacto da escravização na existência objetiva e subjetiva de pessoas negras, passando pela imputação do trabalho do cuidado às mulheres negras, até as imagens de controle construídas ao longo do tempo. Tais imagens se constituem para estigmatizá-las, inferiorizá-las e promover a negação da sua maternidade, pois são eixos que possibilitam a elucidação de categorias fundamentais para compreensão de um paradoxo estrutural do modo de produção capitalista.

Ao desvelar a gênese e formação do sistema capitalista em sua totalidade, tornam-se evidentes, não somente o capital como acumulação, mas como a teia de

¹⁷ Compreende-se o quilombamento como o movimento histórico, político e cultural de resgate e valorização de saberes ancestrais, visando resistência, sobrevivência e vislumbre de futuro da população negra.

¹⁸ Artigo disponível no portal Geledés no endereço eletrônico:
<https://www.geledes.org.br/aquilombamento-conexoes-de-afeto-e-ancestralidade/>

relações sociais desiguais que o sustentam. Traçar o percurso sobre a constituição do lugar social do negro, sobretudo da mulher negra, no Brasil, evidencia a estratégia presente em seu forçado lançamento aos últimos estratos da sociedade, incorporada em um contexto de miséria e marginalização. Por conseguinte, traz luz à formação e manutenção do paradoxo presente o de que, historicamente, foi imputado às mulheres negras o trabalho do cuidado, concomitante à contínua negação de sua maternidade, de diversas maneiras, para além da aparência deste fenômeno.

Na próxima seção, tendo como cerne a apresentação de dados pertinentes a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, me proponho a traçar um breve panorama a seu respeito. Objetivo a articulação entre o resgate histórico e conceitual realizado até o momento e as consequências da conjuntura apresentada na existência de mulheres negras no Brasil.

2.2.1 Inserção das mulheres negras no mercado de trabalho

A intersecção entre opressão e exploração de gênero no decorrer da formação social brasileira resulta em um contexto social, político e econômico que reflete esta construção até os dias de hoje. A divisão sexual do trabalho, abordada ao longo deste estudo, é uma importante expressão da colonialidade, reatualizando de forma contínua esta arcaica característica em benefício do capital. Posto que, considerando a inserção de mulheres no mercado de trabalho e a divisão de tarefas domésticas enquanto pauta do movimento feminista ao longo dos anos, a imposição da reprodução social enquanto *destino inerente* ainda é uma realidade no cotidiano das mulheres.

Dados apresentados no estudo “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”¹⁹, divulgado pelo IBGE em março de 2024, revelam a discrepância de horas semanais despendidas por homens e mulheres (ocupados em seus empregos externos ou não) nos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas no ano de 2022. Enquanto homens destinaram 11,7 horas semanais aos afazeres/cuidados de pessoas, mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas às mesmas funções. Dado que se contrapõe à inserção no mercado de trabalho, pois

¹⁹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf

enquanto a taxa de participação das mulheres foi de 53,3%, a dos homens foi de 73,2%. Tal discrepância evidencia a permanência da responsabilização das mulheres pela reprodução social, abrindo margem para geração de impactos em sua vida social, econômica, política e cultural.

De acordo com a PNAD Contínua (2022), apresentados no “Informe MIR - Edição Mulheres Negras” (2023), mulheres negras formam o maior grupo populacional do Brasil (são 60,6 milhões, representando 28% da população), número expressivo que ratifica a relevância deste grupo na estrutura social do país. O racismo estrutural aliado à permanência de relações sociais constituídas no período colonial, configuram o principal fator de interferência e potencializador de efeitos que fortalecem as relações desiguais de gênero e raça. Fator que, combinado a outras especificidades da formação social brasileira, produzem condições de vida singulares para mulheres negras e geram desigualdades escalonadas. Neste sentido, a análise da responsabilização pela reprodução social ganha contorno ainda mais severo e desigual ao lançarmos mão do recorte de raça.

Aos dados há pouco apresentados, relacionados ao quantitativo de horas semanais despendidas por homens e mulheres nos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas, acrescenta-se que mulheres pretas ou pardas dedicaram 1,6 horas semanais a mais nestas tarefas do que mulheres não negras. Um dos principais impactos decorrentes da prevalência desta massiva responsabilização da mulher negra pela reprodução social (no que concerne aos cuidados e afazeres domésticos) é a diferença latente nas formas de inserção desta população no mercado de trabalho.

De acordo com o 2º relatório de transparência e igualdade salarial²⁰, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego neste ano de 2024, as mulheres no Brasil possuem remuneração, em média, 20,7% inferior a dos homens. Situação que se intensifica ao ser observada pela ótica racial²¹, posto que mulheres negras ganham 49,8% menos que os homens não negros e 35,4% a menos do que mulheres não negras. A modalidade de inserção também ratifica mulheres negras enquanto sujeitos

²⁰ Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/mulheres-ganham-20-7-menos-que-homens-em-empresas-com-mais-de-100-funcionarios-aponta-2deg-relatorio-de-transparencia-salarial/Apresentacao.MTE.17092024final.pdf>

²¹ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>

duplamente hierarquizados, visto que estas configuram população com maior taxa de informalidade (diferença que se torna ainda mais expressiva ao compararmos a taxa de informalidade de mulheres pretas ou pardas (45,4%) com a de homens brancos (30,7%).

A fim de ilustrar tal desigualdade, apresento a tabela 1 para um panorama geral acerca das distinções entre os rendimentos de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais no país em 2022, com base em critérios de gênero e raça.

Tabela 1 - Indicadores de rendimento do trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor ou raça - Brasil - 2022

Sexo e cor ou raça	Rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês)	Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos (R\$/mês)	Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal (R\$/hora)	Rendimento-hora médio real habitual de todos os trabalhos (R\$/hora)
Total	2 582	2 659	15,9	15,9
Sexo				
Homem	2 838	2 920	16,7	16,7
Mulher	2 235	2 303	14,8	14,8
Cor ou raça (1)				
Branca	3 273	3 377	20,0	20,0
Preta ou parda	1 994	2 048	12,4	12,4
Sexo e cor ou raça (1)				
Homens brancos	3 680	3 793	21,5	21,6
Homens pretos ou pardos	2 170	2 230	12,8	12,9
Mulheres brancas	2 766	2 858	18,1	18,1
Mulheres pretas ou pardas	1 735	1 781	11,8	11,7
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).				
Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.				
(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.				

Considerar a prevalência de identidades sociais constituídas no colonialismo e atreladas à mulher negra, como a figura da mammy, suscita a reflexão acerca de sua materialização na vida cotidiana do grupo populacional ao qual esta forma de controle e opressão se destina. A consolidação e adequação ao longo do tempo histórico da compreensão social pautada na inerente responsabilização da mulher negra pelo cuidado com terceiros em detrimento do cuidado consigo e sua família, fatalmente produziu consequências irreversíveis a esta população e demonstra a incorporação de *seu* lugar social (concebido pela branquitude) às relações sociais constituídas no país.

Nesta perspectiva, o emprego doméstico, enquanto uma das expressões do trabalho do cuidado e historicamente relegado às mulheres negras, se configura

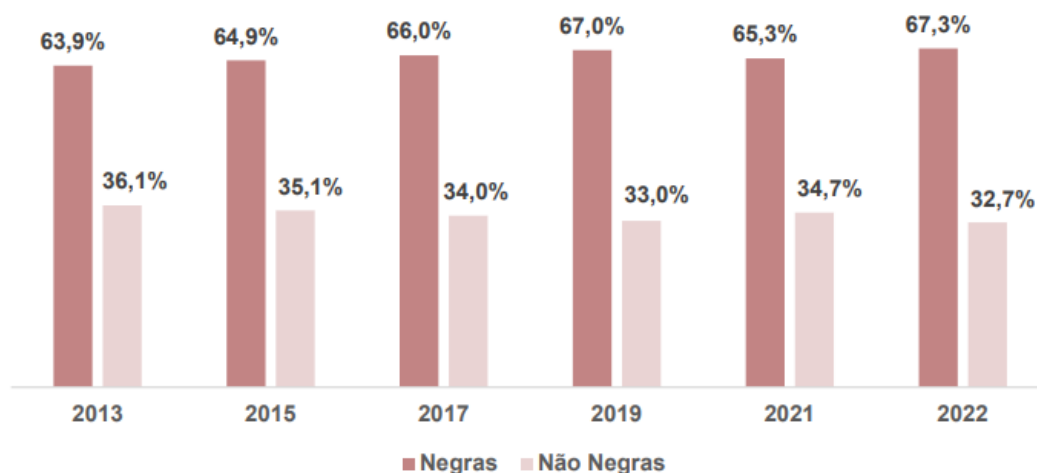
enquanto forma massiva de sua incorporação ao mercado de trabalho. Dados da PNAD Contínua (2022) sistematizados pelo DIEESE (2023) demonstram que 67% das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres negras, destas mais de 75% trabalham sem carteira assinada, evidenciando a fragilidade de vínculo em uma função já precarizada.

Este fenômeno leva ao inevitável diálogo com o contexto colonial em que, historicamente sujeitadas às mais diversas formas de trabalho forçado, mulheres negras deveriam suprir as necessidades de cuidado (físico, psicológico e sexual) dos senhores, sendo esta a forma precípua de sua existência. Isto tornou evidente o abismo social e econômico constituído entre as vivências de mulheres negras e não negras, desde o colonialismo. Ratifico a primazia da centralidade da questão racial na discussão das categorias abordadas neste estudo, posto que não se pode tomar por secundário o fato de que

[...] Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2020, p. 2)

Segundo o relatório “O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas” elaborado pelo Dieese no ano de 2023, no quarto trimestre de 2022 67,3% das trabalhadoras domésticas eram mulheres negras e 32,7% não negras. No gráfico 3 o documento possibilita articular o progressivo aumento, com exceção do pandêmico ano de 2021, da taxa de mulheres negras no trabalho doméstico à proporcional diminuição de mulheres não negras nesta atividade entre os anos de 2013 a 2022, no 4º trimestre de cada biênio.

Gráfico 3 - Distribuição das trabalhadoras domésticas, por raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negras(os) = Pretas(os) + Pardas(os); Não-Negras(os) = Brancas(os) + Amarelas(os) + Indígenas.

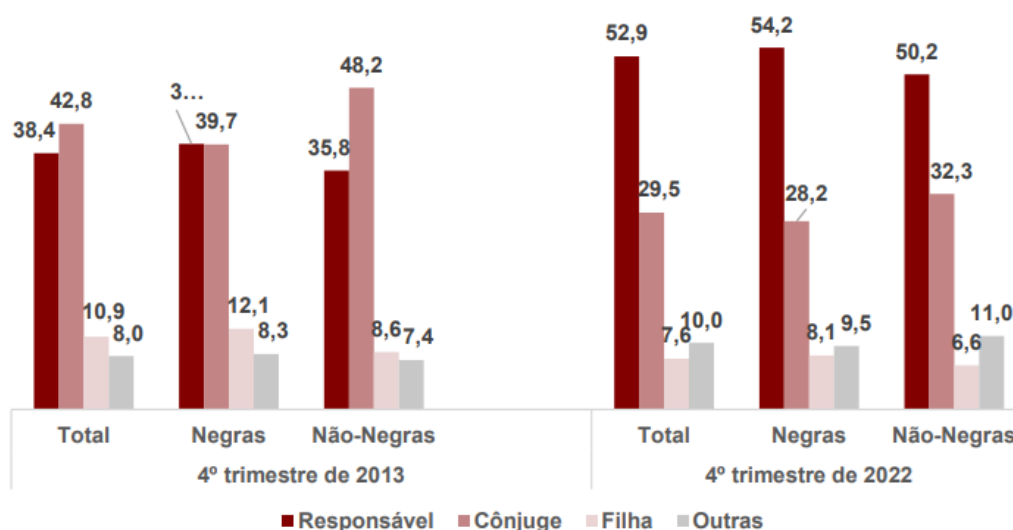
É plausível investigar características familiares das trabalhadoras domésticas negras, dada a situação desfavorável deste grupo expressa nos dados apresentados até o momento, como método para elucidar o impacto deste contexto em suas condições de vida. Neste sentido, observa-se no gráfico 4 que o documento mensura dados do 4º trimestre do primeiro e último ano do período estudado e indica progressivo aumento no índice de mulheres responsáveis pelo domicílio, em contraponto às que se encontravam em relação conjugal.

Ressalto que, de acordo com o IBGE, dentre os cerca de 32,3% de mulheres que vivem no Brasil e se encontravam abaixo da linha da pobreza (ou seja, tinham renda domiciliar per capita de até U\$6,85 por dia, segundo critério do Banco Mundial), 41,3% são pretas ou pardas²², em contraponto aos 21,3% de mulheres não negras que se encontram na mesma situação, sendo este um dos efeitos do panorama aqui traçado acerca da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho. É plausível acrescentar a estes dados que, de acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, das 16 milhões de pessoas que vivem nas 12,3 mil favelas no Brasil, 72,9%

²² Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=Cerca%20de%2032%2C3%25%20das,%2C3%25%20das%20mulheres%20brancas.>

são negras²³. Nesta lógica, cabe ressaltar que, segundo o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024²⁴, 76,07% das mulheres negras vivem em condições de habitação precária, enquanto entre as mulheres não negras este percentual é de 22,84%. O estudo aponta também que 64,2% das mulheres negras gastam a maior parte de sua renda com pagamento de aluguel.

Gráfico 4 - Distribuição das trabalhadoras domésticas por posição no domicílio, segundo raça/cor Brasil, 2013 a 2022 (no 4º trimestre de cada ano)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Elaboração: DIEESE

A prevalência de responsáveis pelo domicílio se deu entre as trabalhadoras domésticas negras, que representaram 54,2%, em comparação às não negras que formam 50,2%. Ou seja, a maior parte das trabalhadoras domésticas negras provém o sustento de sua família exclusivamente com a renda de seu trabalho nesta seara. Diante disso, merece destaque dado coletado no relatório “Um retrato das desigualdades no Brasil hoje”²⁵ (2023), do Observatório Brasileiro das Desigualdades, que ressalta que 41,7% das famílias chefiadas por mulheres negras enfrentam

²³Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2024/11/08/brasil-tem-16-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas-72-9-sao-negros>

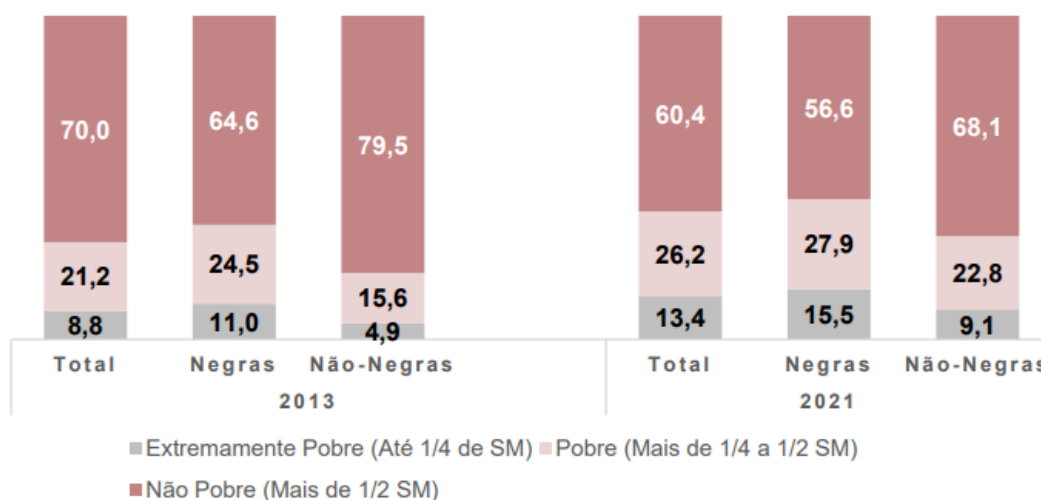
²⁴ Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf

²⁵ Disponível em: <https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2023/08/RELATORIO-FINAL-.pdf>

insegurança alimentar moderada ou grave, enquanto entre as famílias chefiadas por homens brancos e amarelos a proporção era de 16,3%.

Nesta perspectiva, dados colhidos na PNAD Contínua (2022) e sistematizados pelo DIEESE (2023), revelam que no ano de 2021 43,4% das trabalhadoras negras estavam na situação de pobreza ou extrema pobreza, em comparação aos 31,9% das não negras. Observando o gráfico 5 se percebe que entre os anos de 2013 e 2021 há maior tendência ao aprofundamento da situação de vulnerabilidade entre as mulheres negras. Com crescimento proporcional de 4,5 pontos percentuais de trabalhadoras domésticas negras consideradas extremamente pobres, enquanto entre as não negras o aumento foi de 4,2 pontos percentuais.

Gráfico 5 - Distribuição das trabalhadoras domésticas por situação de pobreza, segundo raça/cor Brasil – 2013 e 2021 (em%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Negras = Pretas + Pardas; Não-Negras = Brancas + Amarelas + Indígenas; b) Salário mínimo de referência = R\$ 678 (2013), R\$ 998 (2019), R\$ 1.045 (2020) e R\$ 1.100 (2021). A situação de pobreza foi calculada com base no rendimento domiciliar mensal per capita nominal

Os dados apresentados são de suma importância para apreensão das especificidades da condição da mulher negra no mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas. Tais condições, produto do contexto histórico pautado na opressão e exploração de gênero e raça, promovem a imobilização econômica de mulheres negras, conforme pode-se mensurar ao observar a tabela 2, que apresenta os indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais idade, no ano de 2022.

Tabela 2 - Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos de idade, segundo sexo e cor ou raça - Brasil - 2022

Sexo e cor ou raça	População em idade de trabalhar (1 000 pessoas)	População na força de trabalho (1 000 pessoas)	População ocupada (1 000 pessoas)	População ocupada em trabalhos formais (1) (1 000 pessoas)	População desocupada (1 000 pessoas)	População na força de trabalho potencial (1 000 pessoas)	População subutilizada (1 000 pessoas)	Taxa de participação (%)	Nível de ocupação (%)	Taxa de formalização (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa composta de subutilização (%)
Total	173 286	107 257	96 982	57 326	10 275	7 607	24 001	61,9	56,0	59,1	9,6	20,9
Sexo												
Homem	83 760	60 244	55 514	32 834	4 730	2 993	10 615	71,9	66,3	59,1	7,9	16,8
Mulher	89 527	47 013	41 468	24 492	5 544	4 614	13 386	52,5	46,3	59,1	11,8	25,9
Cor ou raça (2)												
Branca	75 183	46 939	43 356	28 695	3 583	2 300	7 959	62,4	57,7	66,2	7,6	16,2
Preta ou parda	96 233	59 182	52 595	28 019	6 588	5 248	15 824	61,5	54,7	53,3	11,1	24,6
Sexo e cor ou raça (2)												
Homens brancos	35 421	25 487	23 880	15 940	1 609	875	3 396	72,0	67,4	66,7	6,3	12,9
Homens pretos ou pardos	47 491	34 158	31 082	16 583	3 075	2 099	7 134	71,9	65,4	53,4	9,0	19,7
Mulheres brancas	39 763	21 442	19 468	12 755	1 974	1 425	4 563	53,9	49,0	65,5	9,2	20,0
Mulheres pretas ou pardas	49 741	25 025	21 512	11 436	3 512	3 149	8 690	51,3	44,1	53,2	14,0	30,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuiam para a previdência social.

(2) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Obs: A subutilização é um conceito do IBGE de complementação ao monitoramento do mercado de trabalho. O cálculo é realizado através da soma da taxa de desocupação, a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial²⁶.

Investigar a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho na contemporaneidade evidencia a prevalência de um cenário majoritariamente negro em atividades relacionadas ao cuidado remunerado e, consequentemente, em subempregos e em vínculos frágeis de trabalho. Esta característica, soma-se ao fato de o maior grupo populacional também ser maioria na extrema pobreza, subutilização, enquanto chefes de família e as que mais despendem suas horas semanais com afazeres domésticos e cuidado alheio. Este contexto reflete que a colonialidade das relações sociais reverbera em distintos aspectos da existência desta população e dita o anseio da branquitude por sua imobilidade econômica e social.

2.2.2 A negação da maternidade negra na contemporaneidade

Não obstante os impactos da dupla hierarquização e relação de opressão-exploração de mulheres negras, materializadas na precarização de seu ingresso no mercado de trabalho, os contínuos ataques à sua maternidade também configuram uma importante expressão da consolidação de relações desiguais de gênero e raça. Neste sentido, imagens de controle moldam arquétipos, criam estereótipos e idealizam o posicionamento de toda uma população em relação à branquitude -

²⁶ Fonte:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf

enquanto lugar social dotado de privilégios. Esta dinâmica é essencial para ampliação de um modo de produção que se retroalimenta de toda forma de desigualdade.

Assim, se por um lado o sistema hegemônico (e a identidade racial branca) se beneficia com o fomento de imagens de controle como a da matriarca - apresentada anteriormente -, por outro sua própria dinâmica se dá em uma realidade social que restringe as possibilidades de ascensão de mulheres negras, destinando-as a um ciclo de miserabilidade e subserviência. Neste contexto, não há espaço para o desenvolvimento da pluralidade da maternidade negra. Esta, quando ocorre, se dá em uma estrutura social que intrinsecamente preza por sua anulação.

Neste sentido, a mulher negra socialmente compreendida como a matriarca, segundo identidades de controle concebidas por Collins (2019), por estar à margem do ideal de feminilidade, família e maternidade criado pelo grupo dominante, é lida como corpo passível à livre violação e controle; sendo estes alguns dos grandes motes da negação da maternidade de mulheres negras na contemporaneidade. Tal compreensão oculta o racismo estrutural velado e responsabiliza mulheres por suas famílias vivenciarem expressões da questão social, decorrentes da contradição capital x trabalho, nas especificidades da conjuntura brasileira. Este movimento omite que o desrespeito conferido à mulher negra, desde a negação de seus direitos reprodutivos até o de criar seus filhos em condições favoráveis à convivência familiar e comunitária em segurança e dignidade, fazem parte de um projeto social que sempre intentou destinar a não-reprodução às mulheres negras, visto o que representavam à branquitude.

O projeto, ainda em curso, teve sua gênese na negação da maternidade negra no período colonial, discutido na seção anterior deste trabalho, e no decorrer dos processos sociais ocorridos no país foi adaptado para responder às novas necessidades da classe dominante para manter o controle sobre as pessoas negras, visando manter sua hegemonia de gênero, raça e classe. A exemplo da Lei do Ventre Livre, tão meramente formal que beira o conotativo tanto quanto o próprio fim da escravização. Promulgada em 1871, determinava que filhos de mulheres negras escravizadas nasceriam livres, porém ao completarem 8 anos de vida os senhores de escravizados poderiam optar por receber indenização de 600 mil réis do Estado ou cuidar da criança até que crescesse e completasse 21 anos, provendo sua educação - e, fatalmente, explorando seu trabalho forçado. Apesar de seu aparente caráter progressista, esta lei buscava responder à necessidade da classe dominante de que

a transição para o sistema salarial fosse gradual, postergando o rompimento brusco com o escravismo.

Outro marco do desenvolvimento e adequação da negação da maternidade da mulher negra no decorrer do tempo histórico foi a esterilização em massa, ocorrida na década de 1980 e 1990 no Brasil²⁷. Isto porque, entidades como a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (BEMFAM) e o Centro de Pesquisa e Atenção Integrada à Mulher e à Criança (CPAIME) se fixaram em estados brasileiros, propagando a laqueadura como método contraceptivo. O procedimento era financiado majoritariamente por organizações internacionais como Planned Parenthood, Population Council e Pathfinder, entre outras, evidenciando a tamanha intervenção norte-americana neste processo. Uma vez que a ideologia por trás da massiva esterilização preconizava que a pobreza e os chamados problemas sociais deveriam ser combatidos através do controle populacional, mulheres pobres, majoritariamente negras e indígenas, eram os principais alvos dessa ação.

Neste sentido, mulheres pobres foram incentivadas a optar pela laqueadura como método contraceptivo e realizar o procedimento sem custo. Ademais, a realização da laqueadura como procedimento casado ao parto cesariana em hospitais públicos, contribuindo para que nesta época o país fosse um dos que mais realizava cesáreas no mundo. Na década de 1980, segundo dados da Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) do ano de 1997, nos estados do Maranhão e Goiás, mais de 70% das mulheres em idade fértil realizaram laqueadura; sendo esta mais comum do que o uso da pílula anticoncepcional.

O desconhecimento e a falta de acesso a métodos contraceptivos aumentaram o aceite da laqueadura entre as mulheres em idade fértil. Ademais não ter sido uma escolha consciente da maioria das mulheres, posto que a Comissão Parlamentar Inquérito²⁸ (1992) que investigou a esterilização em massa ocorrida no país, revelou

²⁷ Fonte: <https://azmina.com.br/reportagens/a-historia-da-laqueadura-no-brasil/>

²⁸ Comissão instaurada pelo Congresso Nacional em 1992, que objetivou apurar a disponibilidade de métodos alternativos de controle de natalidade para a população de baixa renda, a esterilização em massa e o interesse internacional em fornecer o procedimento. O relatório produto desta investigação, divulgado em 1993, comprovou que a desproporcionalidade entre oferta e demanda por métodos contraceptivos, dificultando seu acesso para grande parcela da população, aliada a ausência de políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva, configuraram terreno fértil para a sobreposição de interesses internacionais sobre a questão. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u5673.shtml#:~:text=Em%201992%2C%20o%20Congr,renda%20e%20o%20papel%20de>

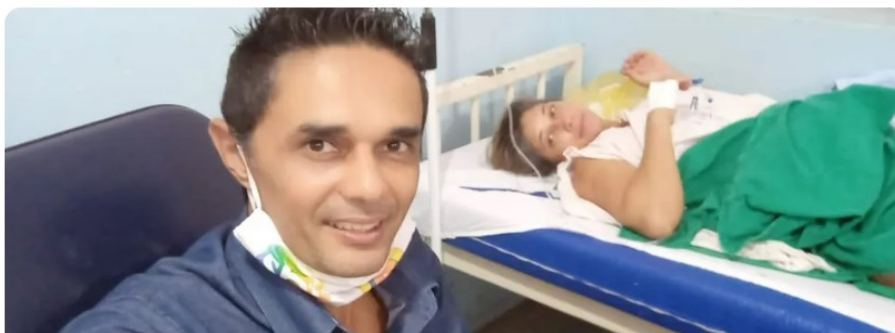
que na época havia empresas que solicitavam atestado de comprovação de laqueadura antes de contratar mulheres. Devido à falta de conhecimento e necessidade de vender sua força de trabalho, muitas das mulheres que realizaram a laqueadura até a década de 1990 não sabiam tratar-se de um procedimento irreversível, descobrindo somente ao tentar nova gestação. Neste contexto, ocorria ainda a esterilização de mulheres sem o seu consentimento. Por mais absurdo que possa aparentar, tamanha violação dos direitos reprodutivos ocorre até hoje, como mostra a reportagem abaixo²⁹.

Figura 2 - Mulher não consegue engravidar e descobre que passou por laqueadura sem autorização em Ji-Paraná, RO

Procedimento de esterilização teria sido feito durante o parto do primeiro filho da paciente. Segundo a denunciante, nem ela ou o marido autorizaram o procedimento.

Por Jaíne Quele Cruz, g1 RO

02/09/2022 08h42 · Atualizado há 2 anos



Torna-se evidente que o interesse internacional em conter o crescimento populacional dos socialmente compreendidos como “indesejáveis” em países considerados de terceiro mundo, não se findou com a aprovação da Lei de Planejamento Familiar (1996). Tal fato, amparado pela ausência de consciência de raça e classe, que impera em um país de relações sociais desiguais, ocorre com aval da elite brasileira e materializa o privilégio branco em expor o anseio por ratificar o *lugar social do negro*, constituído no colonialismo e que prevalece na colonialidade.

²⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/09/02/mulher-nao-consegue-engravidar-e-descobre-que-passou-por-laqueadura-sem-autorizacao-em-ji-parana-ro.ghtml>

Esta relação pode ser ilustrada com o posicionamento infeliz de Sérgio Cabral Filho no ano de 2007 em entrevista para o portal de notícias G1³⁰. A fala, que ressalta proposta política dotada de ideologia eugenista ao preconizar a suspensão do nascimento de indivíduos considerados marginais em potencial, defende a legalização do aborto como uma medida para conter a violência no Rio de Janeiro. Na ocasião, o então governador do estado do Rio de Janeiro justificou a afirmação fazendo menção aos autores norte-americanos Steven Levitt e Stephen J. Dubner, que relacionam a interrupção da gravidez com a prevenção e contenção da violência pública.

Ao analisar a realidade do Rio de Janeiro, o político acrescenta que sua proposta de legalização do aborto “[...] tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”. A segurança em verbalizar que a fertilidade de mulheres negras as torna fábricas de produzir marginais vem da presunção da impunidade, oriunda de um sistema onde a ordem e o elemento de poder vêm do pertencimento a uma classe dominante que é, sobretudo, branca e masculina.

Arelada à ideologia da restrição do nascimento de “indesejáveis”, a violência obstétrica configura uma importante expressão da negação da maternidade de mulheres negras, que se perpetua e é dissimulada sob a falácia de preocupação com o interesse geral, o que naturaliza de forma progressiva a construção social elucidada nesta dissertação.

A pesquisa “Nascer no Brasil II: Inquérito Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento”³¹, desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), contou com a participação de mais de 24 mil mulheres entre os anos de 2020 e 2023 em 465 maternidades do país e indica que mulheres negras usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e com menor escolaridade possuem maior risco de sofrer violência obstétrica. Desde pouco acesso ao exame pré-natal, a escolha médica pela modalidade de parto a ser realizada - por vezes influenciada pela falácia de que “a mulher negra suporta mais dor” -, a dinâmica do parto e pós-parto em si, os indicadores de violência obstétrica são alarmantes entre mulheres negras.

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>

³¹ Disponível em: <https://nascernobrasil.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/11/Dados-preliminares-da-pesquisa-Nascer-no-Brasil-2.pdf>

A pesquisa revela que no período estudado o quantitativo de mortes maternas (óbitos ocorridos durante a gravidez, no parto ou em até 42 dias após o parto, com causa da morte relacionada ou agravada pela gestação) era de aproximadamente 46,5 mortes a cada 100 mil nascidos vivos para mulheres brancas, enquanto para mulheres negras mais do que dobra, representando 100,4 óbitos a cada 100 mil nascidos vivos.

O artigo “Relação entre iniquidade racial e violência obstétrica no parto” (Alves et alii, 2023), publicado na Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás, adensa as iniquidades acima expostas ao revelar que mulheres negras estão mais suscetíveis a intervenções e práticas desrespeitosas (como a manobra de Kristeller³²), restrições alimentares durante o trabalho de parto e amniotomia precoce. Ademais possuem menos acesso às denominadas práticas humanizadas, como o acesso a métodos não farmacológicos para alívio da dor e contato pele a pele imediato após o nascimento do bebê. Estes dados evidenciam o impacto do racismo nesta expressão³³ da negação da maternidade de mulheres negras na contemporaneidade e a latente necessidade de desenvolvimento de políticas de saúde que visem enfrentar o racismo obstétrico.

Nesta perspectiva, por serem estigmatizadas como *desnaturadas* em sua condição de mãe, mulheres negras sujeitadas a imagens de controle como a da matriarca - anteriormente abordada -, tem suas famílias classificadas de acordo com diversos rótulos dotados de preconceito racial. Constantemente questionadas no exercício de sua maternidade e papel na própria dinâmica familiar, a aceitabilidade social de estigmas como o da mãe negligente em sua função, somada à classificação de seus filhos como *menores* (e não crianças) que desde a infância “sabem o que estão fazendo”, rechaça a inocência e possibilidade de erros próprios de indivíduos em formação que são.

³² Manobra que visa acelerar o trabalho de parto através de pressão externa sobre o útero da mulher, com o objetivo de diminuir o período expulsivo e é considerada perigosa por várias organizações de saúde e profissionais da área obstétrica, incluindo a OMS, a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (FIGO) e o Conselho Federal de Medicina (CFM). Pois pode acarretar lesões ao feto, ao feto e a mãe. Fonte: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/invisibilizadas-mulheres-negras-enfrentam-maior-risco-de-violencia-obstetrica-no-pais/>

³³ Cf. ASSIS, Jussara. Enfrentamento à violência obstétrica: contribuição do movimento de mulheres negras brasileiras. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 154-169, 1º sem. 2021.

É importante apontar a existência de uma dicotomia histórica na compreensão social da infância no Brasil. Pois, no decorrer da formação social do país, filhos dos considerados cidadãos, pertencente às denominadas famílias tradicionais (não negras), foram socialmente compreendidos enquanto crianças. Indivíduos que na historiografia hegemônica foram retratados sob a ótica da inocência presente na infância e a presunção que, de forma hereditária, se tornariam cidadãos de bem no futuro. Nesta lógica, o Estado deveria proteger-lhes dos perigos da marginalidade e educá-los aos moldes de um futuro que a nação objetivava. Ao passo que aos filhos das famílias negras, onde estavam majoritariamente os sujeitos que não eram considerados cidadãos, restava o rótulo de *menores*.

A dicotomia na compreensão da infância classifica-a entre infância perigosa *versus* infância em potencial perigo, pureza *versus* periculosidade, em que aos *menores* foi historicamente destinado o braço coercitivo do Estado (Rizzini, 1997). Neste sentido, fomentou-se o *ethos social* de invisibilização, desumanização e negação das famílias negras, apresentado ao longo deste estudo.

A consolidação deste contexto social produziu a naturalização da necropolítica. A necropolítica, tratada amiúde no item anterior deste estudo, materializa o anseio da classe dominante que põe em curso o projeto hegemônico pautado na branquitude por aniquilação dos sujeitos por eles classificados como descartáveis para o sistema, dadas suas particularidades econômicas, políticas e sociais. É através do poder de decisão sobre quais indivíduos devem morrer ou viver que o Estado exerce sua principal expressão de soberania e fomenta a aprovação social desta opção (Mbembe, 2018). Este contexto se materializa em números expressivos no que diz respeito tanto à mortalidade da população negra, quanto à naturalização de seu extermínio. De acordo com o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024³⁴, a mortalidade por causas evitáveis é 41% maior entre homens negros e 43% mais elevada entre mulheres negras, quando comparado a pessoas não negras.

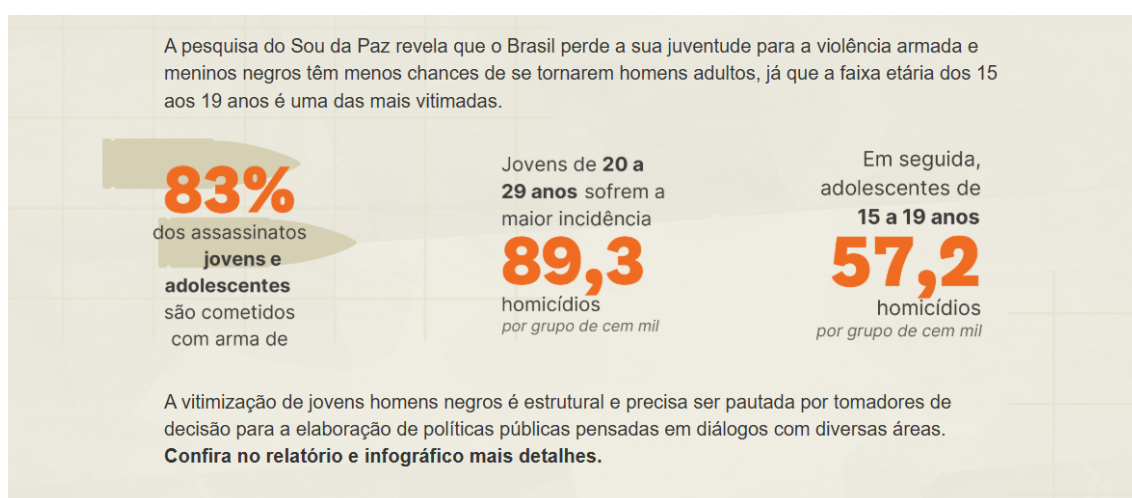
Pensando na necropolítica enquanto expressão da negação da maternidade de mulheres negras, é importante ressaltar que a 3ª edição do relatório “Violência armada e racismo: O papel da arma de fogo na desigualdade racial”³⁵ (2024), desenvolvido

³⁴ Disponível em : https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf

³⁵ O relatório pode ser baixado em: <https://lp.soudapaz.org/violencia-armada-e-racismo>

pelo instituto Sou da Paz, apresenta dados que retratam a prevalência da desigualdade racial. Considerando que homens são 94% das vítimas de homicídios e a cada dez homens assassinados oito são negros, fica caracterizada uma taxa de mortalidade três vezes maior para esta população. 79% das vítimas dos homicídios ocorridos no Brasil entre os anos de 2012 e 2022 foram homens negros, sendo latente o número de homicídios da juventude negra, o que evidencia o projeto societário que estimula o seu extermínio.

Figura 3 - Um problema que passa pela idade



Fonte: <https://lp.soudapaz.org/violencia-armada-e-racismo>

Neste sentido, mães negras são as que mais perdem seus filhos para a institucionalidade racista. Todavia, menosprezar este fenômeno e tratar sua materialidade diária na vida da população a qual é destinado como *caso isolado* é uma narrativa constante do grupo dominante, que impacta na forma com que a sociedade compreende e se indigna (ou não) com tal extermínio.

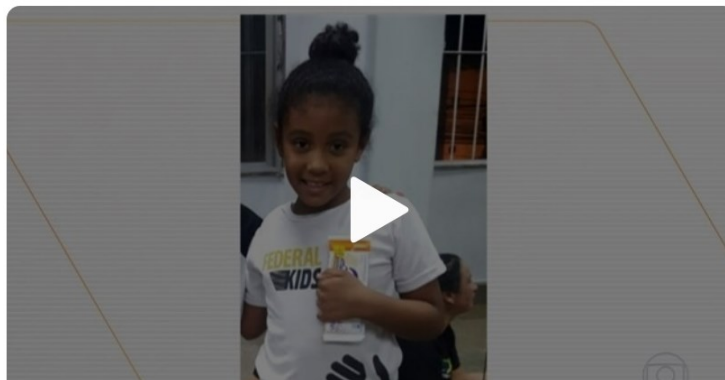
Com as reportagens abaixo apresento uma amostra dos desdobramentos da necropolítica entre os anos de 2019 e 2022. As matérias retratam como um dos principais portais de notícias online gratuitos do país veicula o extermínio de crianças negras no estado do Rio de Janeiro, expressão da negação à maternidade de mulheres negras.

Figura 4 - Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM

Criança estava voltando para casa de Kombi com a mãe quando foi baleada na Fazendinha. Moradores dizem que não havia confronto e policial efetuou o disparo. PM nega acusação.

Por G1 Rio

23/09/2019 09h47 · Atualizado há 5 anos



A menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, **foi morta quando voltava para casa com a mãe**, na noite de sexta-feira (20), no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio.

A criança estava dentro de uma Kombi, por volta das 21h30, quando foi baleada nas costas na comunidade da Fazendinha. De acordo com um tio de Ágatha, a Kombi em que a menina estava parou na rua para desembarcar passageiros com sacolas de compra na comunidade. A criança estava sentada dentro do veículo quando foi atingida.

Versão da família e moradores

- PMs atiraram contra uma moto que passava pelo local, e o tiro atingiu a criança.
- Testemunhas dizem que, no momento, não havia confronto. **“Foi só um único tiro.** A moto passou, os policiais desconfiaram da moto, atiraram em cima da moto e acertaram na Kombi onde estava a minha sobrinha”, afirmou Danilo Félix, tio da menina.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>

Figura 5 - Corpo de menina atingida por bala perdida dentro de casa no RJ é enterrado

Ana Carolina de Souza Neves, de 8 anos, foi atingida na cabeça na sexta-feira (10). Polícia Militar nega operação na região.

Por G1 Rio

11/01/2020 09h20 · Atualizado há 4 anos



Menina baleada enquanto assistia TV em casa é enterrada no Rio

O corpo da menina Anna Carolina de Souza Neves, de 8 anos, foi enterrado na manhã deste sábado (11) no Cemitério de Irajá, na Zona Norte do Rio. Ela foi **atingida na cabeça por uma bala perdida dentro de casa** em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Parentes e amigos participavam da cerimônia de despedida da menina. "Agora, neste momento, ela está nos braços de Jesus Cristo", disse um familiar. A menina estava sentada ao lado do pai no sofá assistindo televisão quando foi atingida.

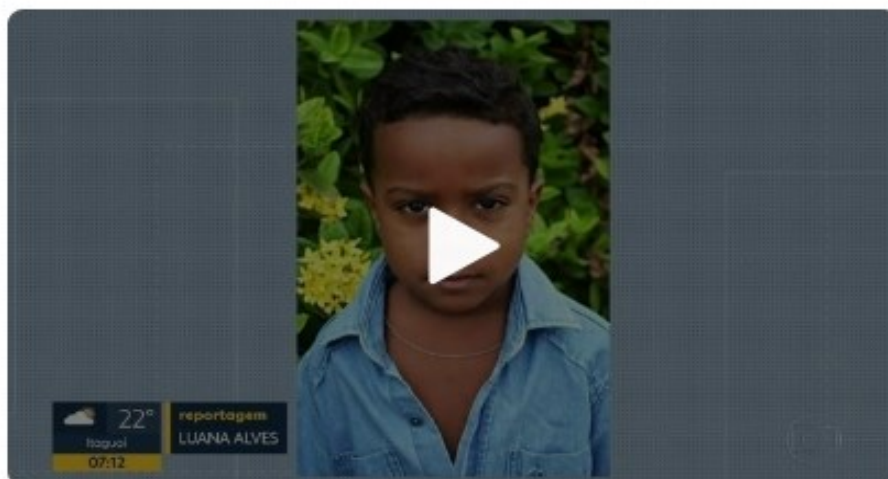
Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/11/corpo-de-menina-atingida-por-bala-perdida-dentro-de-casa-no-rj-e-velado.ghtml>

Figura 6 - Menino de 7 anos morre após ser baleado na porta de casa na baixada fluminense

Secretaria de Saúde de São João de Meriti informou que o menino Ítalo Augusto, atingido na cabeça, já chegou morto à Unidade de Pronto Atendimento.

Por Luana Alves, Bom Dia Rio

01/07/2020 06h03 - Atualizado há 4 anos



Menino de 7 anos morre baleado na porta de casa, em São João de Meriti

Uma criança morreu após ser baleada na porta de casa, no bairro Éden, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, na noite de terça-feira (30).

Testemunhas afirmam que ele levou um tiro na cabeça. Ele foi socorrido por familiares e vizinhos.

A Secretaria de Saúde da cidade informou que o menino Ítalo Augusto, de sete anos de idade, já chegou morto à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro, por volta de 20h30.

Não há informações sobre a origem do disparo e em quais circunstâncias ele teria acontecido.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/01/crianca-morre-apos-ser-baleada-na-porta-de-casa-na-baixada-fluminense.ghtml>

Figura 7 - Moradores de Duque de Caxias protestam contra morte de primas Emily e Rebecca

Meninas de 4 e 7 anos foram baleadas na porta de casa. Mãe de Emily voltou a dizer que não havia confronto entre policiais e bandidos no momento.

Por André Coelho, GloboNews

06/12/2020 18h06 - Atualizado há 4 anos



VÍDEO: 'A minha filha já estava morta', diz mãe de menina baleada na porta de casa em Caxias

Moradores de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio, protestaram neste domingo (6) contra a morte das meninas Emily Victoria, de 4 anos, e Rebeca Beatriz Rodrigues dos Santos, de 7 anos, baleadas na porta de casa **na noite de sexta-feira (4)**.

Durante o ato, a mãe de Emily, Ana Lúcia Silva Moreira, reafirmou que não havia confronto, nem operação policial, nem tiroteio na comunidade antes de a filha ser morta.

Familiares afirmam que só a polícia atirou momentos antes de as meninas serem atingidas. A Polícia Militar nega que agentes tenham efetuado disparos.

"Eles só sabem fazer isso, dar tiro. Olhou, dá tiro. Quando percebi, eu só peguei o documento. Porque eu já sabia, minha filha já estava estirada. A minha filha levou tiro de fuzil na cabeça. A minha filha já estava morta. A minha sobrinha deu tempo de correr e morreu ao lado da caixa d'água da mãe dela. Os moradores estão comigo. Não é vereador, não é prefeito, não é governador. São os moradores".

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/06/moradores-de-duque-de-caxias-protestam-contramorte-de-irmas-emilly-e-rebeca.ghtml>

Figura 8 - Menino Kaio Guilherme morre após ser baleado na cabeça no rio: “Lutou muito”, diz mãe

Ele estava internado há oito dias no Hospital Pedro II, na Zona Oeste do Rio. Kaio Guilherme Baraúna, de 8 anos, foi atingido por uma bala perdida na cabeça na noite de sábado (17) na Vila Aliança, em Bangu.

Por Matheus Rodrigues, G1 Rio
25/04/2021 07h27 - Atualizado há 3 anos



Kaio Guilherme com a mãe Thais — Foto: Reprodução/Redes sociais

O menino **Kaio Guilherme da Silva Baraúna**, de 8 anos, morreu neste sábado (24) após ficar internado desde o último dia 17 no Hospital Municipal Pedro II, na Zona Oeste do Rio. A mãe do menino, Thais Silva, afirmou que o filho “descansou” após oito dias internado.

“É com muita dor que comunico que meu filho descansou. Ele lutou muito”, disse a mãe, que declarou luto nas redes sociais.

Ele foi **baleado na cabeça durante uma confraternização** na escola onde estudava na Vila Aliança, em Bangu, Zona Oeste. Nas redes sociais, amigos e familiares prestaram solidariedade para a família.

“Sinto muitíssimo pela sua perda! Não há palavras nesse momento que console, contudo continuarei orando para que Deus cuide de você e traga o conforto que só Ele pode dar nesse momento! meus pêsames!”, disse uma conhecida da família.

Segundo a ONG Rio de Paz, com a morte de Kaio, já são 82 crianças e adolescentes vítimas de armas de fogo desde 2007.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/25/menino-kaio-guilherme-morre-apos-ser-baleado-na-cabeca-no-rio-lutou-muito-diz-mae.ghml>

Figura 9 - Corpo de menino de 6 anos baleado no coração é enterrado na baixada fluminense: “Eu queria morrer por ele”, diz avó

Kevin Lucas dos Santos Silva foi atingido por uma bala perdida no Morro da Torre, em Queimados, na última quinta-feira (6). A Polícia Civil está investigando a origem dos tiros que mataram Kevin.

Por Lilla Teles, RJ2
07/01/2022 18h32 - Atualizado há 2 anos



DESPEDIDA DE KEVIN LUCAS
Menino de 6 anos baleado no peito, em Queimados, é enterrado

Corpo de menino de 6 anos baleado no coração é enterrado na Baixada Fluminense

O corpo do menino **Kevin Lucas dos Santos Silva**, de 6 anos, foi enterrado na tarde desta sexta-feira (7), no Cemitério de Austin, na Baixada Fluminense. O jovem foi **vítima de uma bala perdida** na tarde de quinta-feira (6) no Morro da Torre, em Queimados.

Ana dos Santos, mãe de Kevin, estava desesperada durante o velório do filho morto vítima da violência no **Rio de Janeiro**. Wanderléa Aparecida de Oliveira, avó de Kevin, também estava muito abalada pela morte do neto.

"Eu to morta que nem ele. Eu só não to ali dentro. Eu to morta. Você me olha assim, tá uma Wanderléa. Por dentro, só Deus sabe o que eu to sentindo. Eu queria morrer por ele. Eu dava a minha vida por ele", disse a avó de Kevin, Wanderléa Aparecida de Oliveira.

Além de Kevin, que levou um tiro no coração, duas outras meninas também ficaram feridas no mesmo tiroteio.

Gabriela Aristides dos Santos, de 13 anos, foi baleada na perna e na barriga. Ela passou por uma cirurgia no Hospital Geral de Nova Iguaçu. Já **Ludmilla Teles**, de 9 anos, foi atingida na perna e também foi operada, no Hospital de Saracuruna, em Duque de Caxias. **O estado de saúde dela é grave.**

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/07/corpo-de-menino-de-6-anos-baleado-no-coracao-e-enterrado-na-baixada-fluminense.ghtml>

Embora ainda responsabilizadas pelos problemas sociais que acometem suas famílias e a sociedade, mulheres negras são violadas, violentadas, desumanizadas e, adoecidas, precisam resistir em meio a experienciar o contínuo extermínio de seus filhos (as maiores vítimas desta estrutura social), atrelado ao trauma e usual

impunidade oriundas deste fenômeno. Porém, as *matriarcas*, compreendidas como mulheres fortes, precisam manter-se em constante luta pelo direito a uma vida minimamente digna. A exposição deste contexto ratifica que a construção da maternidade e seu exercício idealizado pela branquitude não abarcam as mulheres negras e tampouco pretendem refletir sua realidade. Isto porque as sujeita ao racismo e violência estrutural reproduzida pelo Estado, sob o aval da sociedade brasileira.

Abaixo serão apresentadas reportagens oriundas de canais digitais de mídias gratuitas, que evidenciam os efeitos do contexto investigado sobre a existência de mulheres negras. As *matriarcas*, que por vezes são chefes de família, precisam ausentar-se de seus seios familiares para assegurar seu sustento, são atravessadas pelo extermínio de seus filhos inclusive no lugar considerado inviolável, suas moradias. Todavia, a formação social brasileira torna evidente que as famílias e residências negras nunca foram de fato invioláveis ao longo da história do Brasil.

Figura 10 - Mãe morre de tristeza após assassinato do filho por PMS no RJ

Joselita de Souza, mãe do menino Roberto, que foi morto com outros quatro amigos na Chacina de Costa Barros, morreu após soltura de acusados

Da Redação

09/07/2016 22:49, atualizado 09/07/2016 23:02

Compartilhar notícia



O fim da vida de Joselita de Souza, mãe do menino Roberto, 16 anos, morto por PMs na Chacina de Costa Barros, foi marcado pela dor. Segundo familiares, em entrevista ao O Globo, o motivo da morte na última quinta-feira (7/7) foi tristeza pela falta do filho e de Justiça, diante das evidências do crime.

Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/mae-morre-de-tristeza-apos-assassinato-do-filho-por-pms-no-rj>

Figura 11 - Mãe que perdeu filho baleado por PM morre após sofrer com depressão por 3 anos e sem ver fim da investigação

Moradora de Manguinhos, ela passou mal em meio a recente onda de violência na região. Atestado de óbito de Janaína Soares diz que a causa da morte é 'indeterminada', mas para familiares, ela morreu de tristeza.

Por Amanda Prado e Lília Teles, Por RJ2

07/11/2018 20h21 - Atualizado há 6 anos



Moradora de Manguinhos morre três anos após assassinato do filho

Em 2015, Janaína Soares, que já havia perdido o marido em um assalto, viu o filho morrer após ser baleado por um policial durante operação em Manguinhos, comunidade na Zona Norte do Rio. Na segunda-feira (5), após três anos sofrendo de depressão, ela passou mal e morreu, como mostrou o RJ2 nesta quarta-feira (7).

A causa oficial, segundo os médicos, foi "indeterminada", mas para os familiares e amigos, foi a tristeza que matou Janaína.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/07/mae-que-perdeu-filho-baleado-por-pm-morre-apos-sofrer-com-depressao-por-3-anos-e-sem-ver-fim-da-investigacao.ghml>

Figura 12 - Mãe de adolescente morto em operação no Rio há um ano morre após quadro depressivo

Aline Souza Santos sofreu um AVC e não resistiu. O filho, Thiago Conceição, foi atingido por um tiro na cabeça durante a Operação Coalizão pelo Bem, da Polícia Civil.

Por Ben-Hur Correia, TV Globo

24/06/2022 11h16 · Atualizado há 2 anos



Aline Souza Santos era mãe de Thiago da Conceição — Foto: Reprodução

Pouco mais de um ano depois de **perder o filho durante uma operação policial no Rio**, uma mãe morreu após desenvolver um quadro depressivo e sofrer um AVC.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/24/mae-de-adolescente-morto-em-operacao-no-rio-ha-um-ano-morre.ghml>

A dor da mulher negra, ao contrário da identidade racial constituída enquanto possuidora de valor e merecedora de piedade e consolo, não compadece o Estado e tampouco a sociedade a ponto de gerar grande comoção popular e produzir mudanças palpáveis na constituição de políticas públicas que visem amenizar as consequências da consolidação de uma institucionalidade racista. Neste sentido, o conceito de “dororidade” exprime a dor que permeia o que é ser mulher negra em uma

sociedade pautada em relações desiguais de gênero e raça e é indício do cuidado colonial (PIEDADE, 2017).

Tal conceito promove o necessário questionamento sobre a qual população é designada a sororidade defendida no interior do movimento feminista e remonta a constituição da dupla hierarquização imputada às mulheres negras, abordada no primeiro capítulo deste estudo. Há muitos desdobramentos desses processos sociais na vida das mulheres a serem investigados. Destaco que o cenário aqui apresentado vem suscitando a emergência do adiamento da maternidade por parte de mulheres negras, em virtude do receio da violência despendida contra a população negra³⁶.

Este fenômeno social em progressivo crescimento ao longo dos últimos anos se diferencia do adiamento da maternidade por mulheres brancas que tem sido interpretado como um efeito da construção de carreiras e, portanto, expressão do aprofundamento da conquista do espaço público por esse segmento de mulheres. Longe disso, as mulheres negras veem repetidas vezes a maternidade interrompida e suas famílias violadas, numa reatualização da negação das famílias negras do período escravista. Mais uma vez, a análise das relações raciais é central para a compreensão das desigualdades sociais no Brasil, sobretudo, para lançar luzes sobre as dinâmicas de opressão e exploração de mulheres negras na contemporaneidade.

³⁶ Fonte: <https://www.geledes.org.br/sonhos-negados-violencia-faz-mulheres-negras-desistirem-da-maternidade/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nesta dissertação buscou, através de análise sobre a formação da estrutura social, política e econômica do Brasil, esmiuçar a constituição de um paradoxo fundamental para a dinâmica capitalista no país. Tendo sua emergência ainda no período colonial, a requisição e imposição do trabalho dos cuidados a mulheres negras, se articula à ideologia de que esta população é adequada para cuidar dos herdeiros da classe dominante, mas não é apta para os cuidados de seus próprios filhos, configurando uma antitética relação que se perpetua e se retroalimenta da desigualdade inerente ao capitalismo.

A intersecção entre exploração e opressão de gênero, raça e classe produz efeitos irreparáveis sobre a existência de mulheres negras, enquanto sujeitos duplamente hierarquizados. Pois, com a consolidação de relações sociais desiguais, a branquitude encontrou o cenário ideal para promoção da naturalização da responsabilização de mulheres negras pela reprodução social (através do trabalho do cuidado) aliada ao simultâneo controle e opressão de sua maternidade. Assim, tem-se sua desumanização “como expressão da violência racial institucionalizada no Brasil, fazendo parte de um amplo processo de dominação/opressão capitalista na consolidação dos Estados-nação e do colonialismo” (Almeida, 2024, p. 133). Neste sentido, o presente estudo concebe o racismo estrutural em seu papel fundamental para manutenção e ampliação da ordem vigente.

A cronologia traçada acerca dos processos sociais pertinentes à especificidade da formação social brasileira, possibilitou a constatação da permanência da colonialidade e, conseqüentemente, do paradoxo entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação da maternidade de mulheres negras. Para versar sobre o desenvolvimento e expressões contemporâneas do fenômeno se utilizou a perspectiva do imbricamento entre gênero, raça e classe. Relacionamos à análise teórica, reportagens e artigos veiculados nos principais portais de notícias online gratuitos, objetivando levantamento de exemplos acerca da expressão midiática sobre o tema. Por meio dos dados de pesquisas nacionais e das situações de violação da maternidade de mulheres negras pôde-se materializar a precária inserção delas no trabalho doméstico, o que, associado à violência obstétrica e à naturalização da necropolítica, surgem enquanto expressões contemporâneas do paradoxo em tela.

A restrição às possibilidades de mobilidade econômica, política e social de mulheres negras na estrutura social aqui apresentada corrobora para suprir os interesses capitalistas. Buscando compreender os desdobramentos deste contexto objetivou-se investigar a construção social da responsabilização de mulheres negras pelo trabalho do cuidado e sua relação com a negação desta maternidade, fundamentando-se nas relações sociais racializadas constituídas no país.

Para isso, no primeiro capítulo tratamos da articulação entre racismo, capitalismo e patriarcado no Brasil, abordando desde a formação social do país, conceitos como a divisão sexual e racial do trabalho, à exploração e opressão de gênero e raça como estratégia de ampliação do capitalismo. Analisamos a conformação do *lugar do negro* no país, com sua consequente designação à massa marginal e ao lugar do *Outro*, evidenciando a intrínseca relação entre racismo e capitalismo. O adensamento dado à análise, ao ressaltar a dupla hierarquização da mulher negra, revela dicotomias imputadas a esta população. A exemplo da designação aos contraditórios lugares sociais ora objeto de desejo e ora de repulsa, materializando a “neurose cultural brasileira” expressa por Lélia Gonzalez (2020) ao alternar a compreensão social da mulher negra em torno das figuras da *mulata* e da *doméstica*. Nesta perspectiva, a pesquisa investigou a constituição das figuras da *mammy* e da *matriarca*, enquanto imagens de controle da mulher negra, desenvolvidas por Collins (2019).

No decorrer deste estudo foram trazidas diversas ideologias pautadas em dualidades, atribuídas à mulher negra. Salientando a funcionalidade da disseminação de ideias pautadas na definição de dois pólos opostos que somente possuem significado quando em comparação, sendo esta uma espécie de paranoia cujo um dos produtos é o medo. A consciência coletiva de se estar em perigo constante e iminente faz com que se dissemine a ideologia de que o pólo inferiorizado é perigoso em potencial, legitimando sua submissão a violências, as quais se conferem caráter de legítima defesa (Bento, 2022).

Neste sentido, a permanência da colonialidade promove o paradoxo apresentado e tem no cuidado colonial (enquanto estratégia que visa o apassivamento de mulheres negras e fomenta o mito da democracia racial) uma importante expressão. Nesta pesquisa trabalhamos a análise de Fanon (2008 apud Passos, 2020) sobre as três expressões do cuidado colonial para elucidação do fenômeno em sua conformação e materialização na existência de mulheres negras.

A primeira expressão se dá na ideia da “zona do não ser”, constituída em oposição à idealização da maternidade patriarcal e hegemônica, a qual a mulher negra é considerada inapta a exercer, se caracteriza como a ausência de pertencimento. Posto que ao implantar o ideal de “ser mãe”, à mulher negra enquanto o *Outro*, se imputa o lugar do “não ser”. A compreensão do corpo negro como matável e exterminável constitui a segunda expressão do cuidado colonial, fato que pôde ser ressaltado neste estudo ao analisar a formação social do país e conceber a naturalização da desumanização de pessoas negras como um legado presente e inerente à sua constituição. A última dimensão apresentada acerca do cuidado colonial de Fanon, é a concepção da mulher/mãe negra como um objeto estereotipado. Esta ideia caracteriza mulheres negras como super fortes, dentre outros estereótipos que resultam em exposição a violências e sofrimento psíquico pormenorizado em virtude da presunção de força e resiliência como características biológicas. A integração destas concepções evidenciou, ao longo desta dissertação, a naturalização das desigualdades de gênero, raça e classe, assim como a necessidade de confrontá-las em uma análise crítica.

No segundo capítulo desta dissertação foi discutida a constituição do *ser mulher* e a maternidade, enquanto concepção idealizada pela branquitude. Abordamos estigmas atribuídos à maternidade negra, desde a invisibilização historicamente conferida às suas famílias (classificadas como desnaturadas), o estereótipo de *menor* atribuído aos seus filhos e o constante questionamento ao exercício de sua maternidade em meio a um Estado que preconiza a supressão de sua fecundidade e fertilidade.

Todavia, buscou-se evidenciar, em uma abordagem afrocentrada, a pluralidade da maternidade negra, dotada de potência e resistência. Uma das identidades analisadas para exaltar a matripotência negra foi a das *Iyás* (Oyèwúmi, 2016), identidade da cultura *Iorubá* pautada na senioridade e que materializa uma ascensão da ideia de maternidade, concebendo a relação existente na díade *Iyá-prole* para antes mesmo do nascimento da prole, ascendendo-a a um viés espiritual e de sobreposição ao caráter biológico preconizado na maternidade eurocentrada. O trabalho das *Iyàs* materializa o cuidado coletivo - característico da identidade racial negra -, pois promove o desenvolvimento de todas as crianças do espaço em que convive.

O resgate histórico e conceitual feito ao longo deste estudo teve como objetivo construir arcabouço teórico capaz de, através de categorias e conceitos chaves para análise do lugar social da mulher negra no Brasil, embasar a compreensão do paradoxo que, com a dinâmica social apresentada, recai sobre elas. Com foco também nas formas de resistência da população negra aos ditames da ordem vigente, que ocorrem desde o colonialismo até os dias de hoje. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica e em fontes secundárias trouxe dados que, sistematizados, possibilitaram a articulação das imagens de controle da mammy e da matriarca com o lugar social dotado de inferiorização atribuído às mulheres negras.

Relações desiguais de raça e divisão sexual e racial do trabalho são parte estrutural e estruturante da dinâmica capitalista patriarcal, pois a desigualdade é uma necessidade contínua do capitalismo e sua existência possibilita a intensificação da exploração e expropriação secundária de grande parte da população. Nesta lógica, a identidade social da matriarca, que performa a abnegação de sua própria existência em prol dos cuidados de terceiros - justificando assim contínua requisição para o trabalho do cuidado -, na contemporaneidade se manifesta com sua massiva presença no trabalho doméstico. As consequências desta precária inserção no mercado de trabalho, se revelam no aprofundamento da responsabilização de mulheres negras pela reprodução social e aprofundamento das desigualdades, sendo atribuídos a elas os piores indicadores sociais.

No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade. Na divisão social, sexual e racial do trabalho, são as negras (pretas e pardas) que ocupam os trabalhos mais subalternos e com menor remuneração, permanecendo na base da pirâmide social [...] (Passos, 2020, p. 118)

A identidade social da mulher negra super forte, a matriarca, na contemporaneidade segue sofrendo contínuo questionamento de sua maternidade. Ainda hoje mulheres negras são vitimadas pela violência obstétrica, cerceamento de direitos sociais e reprodutivos, violação de seus corpos, lares e famílias, extermínio de seus filhos e exposição a traumas e sofrimento psicológico decorrente deste cenário. Todavia, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista as formas de negação deste maternar se tornaram mais ostensivas, consolidando a necropolítica como sua principal expressão.

O percurso metodológico traçado possibilitou a elucidação da gênese e reconfigurações da responsabilização de mulheres negras pelo trabalho do cuidado e da negação e controle de sua maternidade. Nesta dissertação foi comprovada a hipótese de que desde o colonialismo, a naturalização da opressão e exploração de gênero e raça, resultou na sujeição de mulheres negras ao paradoxo que intitula este trabalho. Posto que a articulação entre patriarcado e racismo ao longo da formação social do Brasil reduz a existência de mulheres negras à antitética relação estabelecida entre a imputação do trabalho do cuidado e a negação de sua maternidade.

A pesquisa aqui desenvolvida evidencia a latência do debate acerca dos impactos da consolidação de relações desiguais de gênero e raça para mulheres negras, postos os dados alarmantes que comprovam sua posição na base da pirâmide social. A concepção crítica acerca da majoritária presença de mulheres negras em subempregos, situação de pobreza, insegurança alimentar, habitações precárias, restrição de direitos sociais e reprodutivos, dentre outras expressões da questão social, é de suma importância para o fazer profissional de Assistentes Sociais, enquanto profissão que intervém nesta seara.

O posicionamento crítico requer a compreensão da funcionalidade das opressões de gênero e raça para o capital, assim como das respostas fragmentadas e pouco efetivas por parte do Estado, em sua maioria através de políticas controladoras e penalizadoras. Acrescento dado do relatório “O racismo nos BOs: impactos da atualização da lei 7.716/89”³⁷, desenvolvido pela Ouvidoria das Polícias de São Paulo com base em dados extraídos dos boletins de ocorrência entre os anos de 2020 e 2023, que indicam que o estado paulista mensurou alta de 968,5% nos registros de crimes raciais, como possível vislumbre de potencialização da consciência racial e desnaturalização de relações sociais desiguais.

É urgente que pessoas não negras não se sintam amparadas pelo racismo estrutural e institucional para exporem seus preconceitos seguros da impunidade. Nesta lógica, os profissionais de Serviço Social devem estar capacitados para intervir e confrontar esta realidade de modo a atuar com “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de

³⁷ Disponível em:

https://www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria/assets/relatorios/arquivos2/RelatorioRacismo_Final.pdf

grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23), conforme preconizado nos princípios fundamentais do código de ética profissional.

É essencial que a articulação entre o reconhecimento e a devida afirmação coletiva da problemática da hierarquização de gênero e raça, se some à construção de uma política nacional de cuidado e de efetivo acesso aos direitos para mulheres negras. Pois, tornar o acesso ao cuidado universal e consolidar na cena política uma agenda de igualdade de raça e gênero que alie investigação e debate teórico da questão à construção coletiva de políticas públicas que objetivem minimizar e reparar as consequências do contexto analisado neste estudo, constituem as bases para o seu enfrentamento e tornam factíveis a ruptura com a herança colonial que o consolidou.

Diante disso, é fundamental trazer visibilidade para a criticidade que este debate requer, a fim de que possamos nos distanciar de uma compreensão alheia aos processos históricos e as especificidades da formação social, política e econômica do país. Deste modo, objetivo contribuir para o adensamento do debate acerca dos direitos das mulheres negras e promover a visibilidade para a urgência de se pensar políticas públicas que as suporte quanto a ocorrência dos fenômenos aqui abordados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, no. 34, v. 12, p. 131-154, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15086/11437>> Acesso em 15 nov. 2024

ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

ALVES, Guilherme K.; LOPES, Renata S.; CABRAL, Joyce N.; MOREIRA, Ana Paula A.; CECÍLIO, Jessica O.; BATISTA, Amanda S.F.C. Relação entre iniquidade racial e violência obstétrica no parto. Revista Científica Escola Estadual Saúde Pública Goiás “Cândido Santiago”. Goiânia, 9, p. 1-19, 2023.

ANTUNES, Ricardo (org.) Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo. 333p.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2023. ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Disponível em:<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>> Acesso em 3 nov. 2024

BADINTER, Elisabeth. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 4ª ed. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: a experiência vivida, vol. 2 (1949). Tradução Sérgio Milliet. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEMFAM - Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil, IBGE et al. Pesquisa Nacional Sobre Demografia e Saúde 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, 1997. 182 p. 1997. Disponível em: <<https://www.dhsprogram.com/pubs/pdf/FR77/FR77.pdf>> Acesso em 20 nov. 2024

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BERTIN, Enidelce. A branquitude em discussão: formas de exclusão e de manutenção de privilégios. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 85, p. 195-200, ago. 2023.

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo - São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, Lourenço C. O branco objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 13, p. 81-93, 2011.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria. In: *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas. Universidade Católica de Pernambuco - NEABI. 2020. Disponível em: <www.unicamp.br/NEABI/?page_id=137> Acesso em 10 jun. 2024

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em 02 dez. 2024

COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. In: *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, nº 42, p. 77-93, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36479/24506>> Acesso em 04 abr. 2024

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. *Estudos e Pesquisas*, São Paulo, v. 106, n. 106, pp. 1-25, 2023. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2023/estPesq106trabDomestico.pdf>> Acesso em 08 nov. 2024

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 10. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017. 464p.

FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Vol I. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. In: *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, nº 42, p. 62-76, jul./dez. 2021; Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500/24504>> Acesso em: 27 jul. 2024

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo, Cortez Editora, 2018, pp. 17-61.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p.34-53.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020. p.67-82.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 115-125.

HOOKS, bell. Vivendo de Amor. Portal Geledés, São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>> Acesso em 20 nov. 2024

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022. Brasília: IBGE, 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Cobogó, 2019.

LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. Tradução: Sebastian José Roque. 1. Reimpressão. São Paulo: Ícone, 2010.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52-83.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: Bernardino-Costa, J.; Maldonado-Torres, N.; Grosfoguel, R. (orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014. Tradução de Marta Lança.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL. (Informe MIR - Monitoramento e avaliação, nº 2). Edição Mulheres Negras. Brasília: DF, setembro/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf> Acesso em: 07 nov. 2024

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Novembro de 2003. PENESB, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf> Acesso em 01 jun. 2024

O QUE FOI O MOVIMENTO de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-foi-o-movimento-de-eugenia-no-brasil-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/> Acesso em: 14 jul. 2024

NASCIMENTO, A. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. *Historiografia do Quilombo*. In: Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência cultural negra*. In: Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero / Oyèrónké Oyěwùmí; tradução wanderson flor do nascimento*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p.318-328.
PASSOS, Gouveia Rachel. *Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial*. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n.45, v.18, p. 116 – 129, 2020.

PEREIRA, SOARES et al. *Aquilombamento: conexões de afeto e ancestralidade*. Gelédes, 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/aquilombamento-conexoes-de-afeto-e-ancestralidade/> Acesso em: 06 nov. 2024

PIEIDADE, V. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. (2022). Revista Novos Rumos, 37. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>> Acesso em: 28 jul. de 2024

RAMOS. Patologia social do 'branco' brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 215-240.

RIZZINI, Irene. O Século Perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. O racismo institucional nos percursos da adoção. 2022. 292 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SCAVONE, Lucilia. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. 2004.

SILVA, Ana Paula Procópio da. O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/30/teses/866835.pdf>> Acesso em: 15 de abr. 2024

SILVA, Fabiana Carneiro da. Maternidade negra em Um defeito de cor: a representação literária como disrupção do nacionalismo. In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea. 2018, pp. 245-275. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/elbc/a/5r3V3zrd8k5s9PHbbCG5B9x/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 07 mai. 2024

SLENES, "Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX", Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.

VASCONCELOS, Vânia Maria Ferreira. No colo das labás: raça e gênero em escritoras afrobrasileiras contemporâneas [tese de doutorado] Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço - espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 3, n. 6, 1990.

VICENTE, Cláudia de Oliveira. Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado. Rio de Janeiro, 2023. 201p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.